

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA**

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO
FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: O PAPEL DOS INSTITUTOS
FEDERAIS**

SUZANA MARIA POZZER DA SILVEIRA

**FLORIANÓPOLIS, SC
2016**

SUZANA MARIA POZZER DA SILVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO
FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: O PAPEL DOS INSTITUTOS
FEDERAIS**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de
Sociologia e Ciência Política da
Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito para obtenção
do título de Licenciatura em Ciências
Sociais, orientado pela Professora
Doutora Marcia da Silva Mazon.

**FLORIANÓPOLIS, SC
2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silveira, Suzana Maria Pozzer da

A importância da educação ambiental no fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável : O papel dos institutos federais / Suzana Maria Pozzer da Silveira ; orientadora, Profa. Dra. Marcia da Silva Mazon - Florianópolis, SC, 2016.

80 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. educação ambiental. 3. desenvolvimento territorial sustentável. 4. inovações. 5. interdisciplinaridade. I. Mazon, Profa. Dra. Marcia da Silva . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SUZANA MARIA POZZER DA SILVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO
FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: O PAPEL DOS INSTITUTOS
FEDERAIS**

Trabalho de Conclusão de Licenciatura aprovado como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciências Sociais, de acordo com as normas do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marcia da Silva Mazon
Departamento de Sociologia e Ciência Política - UFSC
Presidente

Prof. Dr. Fábio Luiz Búrigo
Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural – UFSC
1.º Examinador

Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges
Departamento de Sociologia e Ciência Política - UFSC
2.º Examinador

**FLORIANÓPOLIS, SC
2016**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, em especial ao Curso de Ciências Sociais, pelo acolhimento e auxílio em todos os momentos. À professora Marcia Mazon, minha amiga e orientadora, pelo incentivo e apoio. À querida Rose e ao querido Rogério, nossos servidores técnicos administrativos, pela paciência, e esclarecimentos dos trâmites burocráticos. Aos colegas do curso de licenciatura com os quais aprendi muito, troquei ideias, e também me identifiquei, pois foi possível relembrar a época da graduação (bacharelado), as dificuldades de sobrevivência, os sonhos, e a alegria em fazer Ciências Sociais, mesmo frente a muitos desafios. Ao Colégio de Aplicação da UFSC pela maravilhosa oportunidade de realizar o estágio docência em um local de comprovada excelência pedagógica, didática, filosófica, humana.....Ao Professor Alberto Brunetta, pois sem ele, teria desistido da licenciatura, foi graças ao seu apoio, à sua capacidade de mostrar a importância do estágio, não apenas para a docência, mas como constitutivo de uma vivência, imprescindível para qualquer professor, que segui em frente. Às professoras de sociologia Marivone Piana e Thereza Viana, do Colégio de Aplicação da UFSC, pelo apoio e exemplo, em especial as aulas da professora Thereza, as quais foram exemplares. Ao meu companheiro, Sérgio Custódio, pelo apoio, carinho e amizade. Ao Instituto Federal Catarinense – *Campus* Santa Rosa do Sul (IFC/SRS) por facilitar e auxiliar as idas e vindas à UFSC, assim como por conceder bolsa¹ de iniciação científica a duas alunas do ensino médio, queridas Luana e Amanda, que contribuíram na coleta dos dados da pesquisa. À professora Rita de Cássia pelo apoio e parceria na realização da pesquisa no IFC/SRS. Aos amigos, colegas, e demais pessoas que de alguma forma contribuíram para a conclusão de mais essa jornada.

¹ O Projeto de Pesquisa, que resultou neste trabalho, intitulado *A importância da educação ambiental na viabilização do desenvolvimento territorial sustentável: o papel dos Institutos Federais*, foi aprovado pela Comissão de Pesquisa do IFC/SRS, conforme Edital nº 38/2014, para ser realizado no ano de 2015, tendo sido disponibilizado duas alunas bolsistas do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio para auxiliar na pesquisa.

‘O valor de um objetivo não tem a ver com a sua acessibilidade, mas com a atração magnética da direção que ele impõe. Mais do que o ponto de chegada, é a própria viagem que importa realmente’ (Dansereau apud Tremblay & Vieira, 2011)

RESUMO

Da década de 1970 em diante a questão ambiental tornou-se uma preocupação, em âmbito internacional, sendo um marco a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972. Nesse contexto, surge a expressão Educação Ambiental, a fim de contribuir no processo de sensibilização sobre a importância de novos valores, atitudes e práticas em prol do desenvolvimento sustentável. No entanto, mesmo tendo sido ampliado as legislações referentes ao tema, assim como as conferências internacionais, os protocolos, entre outros, pesquisas têm destacado a dificuldade em viabilizar esses propósitos, os quais muitas vezes tem se limitado às boas intenções. Tem sido comum, por exemplo, a pouca consideração em implementar a educação ambiental, de modo interdisciplinar, nos diversos níveis de ensino. Em geral, vem sendo efetivada de forma fragmentada ou setorializada, tendo por ênfase problemas pontuais, o que contradiz a Lei 9.795/99 (Lei da Educação Ambiental). Segundo essa legislação, a Educação Ambiental deve apresentar um caráter interdisciplinar, com uma abordagem integrada e contínua, não devendo, por exemplo, ser uma nova disciplina no currículo. Em face desse contexto, os Institutos Federais de Educação Científica, Profissional e Tecnológica tem papel estratégico na difusão e consolidação da Educação Ambiental, tendo em vista ser uma de suas atribuições contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios em que estão inseridos. Considerando esses aspectos, a pesquisa teve por objetivo compreender como a educação ambiental vem sendo implementada no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Santa Rosa do Sul (IFC-SRS), tendo por referência o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável. A metodologia foi de cunho qualitativo, tendo sido empregado o método de estudo de caso, assim como análise documental, observação participante, entrevistas semiestruturadas e questionários. Os principais resultados da pesquisa indicam haver uma predominância da perspectiva disciplinar e setorializada de ensino/pesquisa/extensão, sendo a educação ambiental uma variável secundária.

PALAVRAS – CHAVE: educação ambiental, desenvolvimento territorial sustentável, inovações, interdisciplinaridade.

ABSTRACT

THE IMPORTANCE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN STRENGTHENING TERRITORIAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT: THE ROLE OF FEDERAL INSTITUTES

From the 1970s onwards the environmental subject has become a concern in the international arena, and the Stockholm Conference in 1972 was a landmark achievement. In this context the expression environmental education was created helping to raise the importance of new values, attitudes and practices for sustainable development. However, even having been expanded laws on the topic, as well as international conferences and protocols among others, research has highlighted the difficulty to make viable these purposes, which often has been limited to good intentions. It has been common, for example, the absence of an interdisciplinary approach in implementing environmental education at various teaching levels. In general environmental education has been approached in a fragmented and sectorial mode, emphasizing specific issues, instead of a holistic view, which in fact contradicts the Law 9.795 / 99 (Law of Environmental Education). Under this legislation Environmental Education must be attempted in an interdisciplinary way under an integrated and continuous approach and should not, for example, represent a new subject in the curriculum. Under this new setting the Federal Institutes of Scientific, Professional, and Technological Education have a strategic role in diffusing and consolidating Environmental Education, considering its mandate to contribute is sustainable development of the territories in which they are located. Considering these aspects, the study aimed to understand how environmental education is being implemented at Instituto Federal Catarinense - Santa Rosa do Sul Campus (IFC-SRS), with reference to the concept of Sustainable Territorial Development. The methodology was qualitative, using the case study method, as well as documentary analysis, participant observation, semi-structured interviews and questionnaires. The main results of the research indicate that there is a predominance of the disciplinary and sectoral perspective of teaching / research / extension, with environmental education as a secondary variable.

KEY-WORDS: environmental education, territorial sustainable development, innovations, interdisciplinary.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – A questão ambiental nos RE	48
Gráfico 02 – Locais dos Estágios	52
Gráfico 03 – Localização geográfica do estágio	53
Gráfico 04 – Sustentabilidade	54
Gráfico 05 – Locais de estágio: razões da escolha.....	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa dos Campi e Reitoria do IFC	41
Figura 02 – Mapa da Microrregião de Araranguá-SC	44
Figura 03 – Entrada principal (IFC-SRS).....	73
Figura 04 – Cantina e hall central(IFC-SRS)	73
Figura 05 – Espaço interno (IFC-SRS)	73
Figura 06 – Museu (IFC-SRS)	73
Figura 07 – Refeitório (IFC-SRS).....	73
Figura 08 – Prédio do curso de agronomia.....	73

LISTA DE SIGLAS

AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
COOPERJA	Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado
DTS	Desenvolvimento Territorial Sustentável
EAFS	Escola Agrotécnica Federal de Sombrio
EAFs	Escolas Agrotécnicas Federais
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETFs	Escolas Técnicas Federais
IFC-SRS	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Santa Rosa do Sul
LEADER	Programa Europeu de Apoio ao Desenvolvimento Local e Rural
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos Integrado ao Ensino Profissional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RE	Relatório de Estágio
RSC	Reconhecimento de saberes e competências
SPL	Sistemas Produtivos Locais
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento do Sul
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	26
1.2 OBJETIVOS	27
1.2.1 Objetivo geral	27
1.2.2 Objetivos específicos	28
1.3 HIPÓTESE DA PESQUISA	28
1.4 JUSTIFICATIVA	29
1.5 METODOLOGIA	29
2 DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL – A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	31
2.1 O MUNDO RURAL E OS AGENTES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: LIMITES E POSSIBILIDADES .	36
3 O ESTUDO DE CASO: O INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE.....	41
3.1 O INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS SANTA ROSA DO SUL.....	41
4 A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE/CAMPUS SANTA ROSA DO SUL - ANÁLISE DOS DADOS.....	47
4.1 PRINCIPAIS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS DOCENTES.....	47
4.2 PRINCIPAIS RESULTADOS DA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIOS (RE)	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	65
ANEXOS	73
ANEXO 01: FOTOS – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE / CAMPUS SANTA ROSA DO SUL.....	73
ANEXO 02: QUESTIONÁRIO DOCENTES	74
ANEXO 03: QUESTIONÁRIO DISCENTES.....	76
ANEXO 04: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	78
ANEXO 05: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	79

ANEXO 06: PESQUISA: RELATÓRIOS DE ESTÁGIOS	80
--	----

1 INTRODUÇÃO

Temáticas como educação ambiental e sustentabilidade estão muito em voga, constituindo, não raro, certo modismo, pois nem sempre é considerado o real sentido e significado desses conceitos. No universo empresarial, por exemplo, tem sido comum a compreensão da sustentabilidade segundo o tripé social, econômico e ambiental, de forma segmentada, sem o questionamento do progresso e do crescimento ilimitado.

Contrários à análise fragmentada dessas temáticas, tem se sobressaído a perspectiva sistêmica e do pensamento complexo. Ao invés do reducionismo que compartimenta para melhor compreender os fenômenos, privilegia a perspectiva integrativa complementar, pautada na instabilidade, intersubjetividade e complexidade (NAJMANOVICH, 2008; PELICIONI & PHILIPPI, Jr., 2014; TREMBLAY & VIEIRA, 2011).

O enfoque sistêmico/complexo foi referência inclusive para o Papa Francisco, tendo a Carta Encíclica *Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum* destacado a importância da dimensão sistêmica e a valorização da ideia de sociedade sustentável, ao invés de desenvolvimento sustentável. Trata-se de estabelecer novas formas de organizar a sociedade, envolvendo não apenas a dimensão econômica, mas também a cultural, social, ecológica e política. Para além do universo das finanças, considera a existência de uma crise civilizacional evidenciada na crescente desigualdade social (crise econômica), na perda da biodiversidade (crise ecológica), na persistência da fome e da contaminação dos alimentos (crise alimentar), na necessidade crescente de energia (crise energética), na precarização do trabalho (crise do trabalho), e na sobreposição da dimensão econômica às demais dimensões (crise ético-cultural) (FAGGION, 2016).

Em face desse conjunto de crises, pode-se colocar que em nenhum outro momento da história foi registrado tanta poluição e uma série de mudanças climáticas confirmadas pela ciência², as quais contribuem para a queda da qualidade de vida, sendo reforçada pela crescente desigualdade social. Segundo Thomas Piketty, em sua obra *Capital no século XXI*, a sociedade estaria regredindo a patamares de

² Embora sejam minoritárias no âmbito da comunidade científica, há controvérsias sobre o real impacto das mudanças climáticas. No Brasil, se destacam os professores e pesquisadores Luiz Carlos Molion, da Universidade Federal de Alagoas; e Ricardo Augusto Felicio, da Universidade de São Paulo.

desigualdade do século XIX, entre aqueles que têm muito (1% da população) e os que nada têm, o que contribui para a ocorrência de maior degradação ambiental, favorecendo um círculo vicioso, sistêmico, de desigualdade e exclusão social (PIKETTY, 2014).

Frente a esse cenário, tem se ampliado as ações de adaptação de comunidades e seus ecossistemas a eventos climáticos extremos, sendo um exemplo, no Brasil, o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Inovações em diversas áreas procuram reverter esse processo. No campo da sociedade civil tem se destacado as redes de economia solidária, de agroecologia, o cooperativismo, o associativismo, a agrofloresta, que visam consolidar dinâmicas de desenvolvimento mais sustentáveis e equitativas (SCHERER-WARREN & LÜCHMANN, 2011; ANDION, 2007). Ao invés de fortalecer a visão hegemônica de mercantilização da natureza, das pessoas, e das relações sociais, valorizam as tradições, a cultura local, o conhecimento popular, os cultivos menos agressivos aos solos e à natureza. Não obstante sejam importantes as mudanças globais, o agir local passa a ser fundamental na viabilização de novos processos sociais, com vistas a romper com o enfoque economicista, pautado no crescimento ilimitado e no mito do progresso (DUPAS, 2012; LATOUCHE, 2006).

Considerando ainda que os desafios da sociedade do século XXI são globais e sistêmicos, há uma crescente demanda pela interdisciplinaridade e pela transdisciplinaridade³. Isso porque, parece não ter mais sentido continuar com a fragmentação do conhecimento quando a complexidade dos fenômenos exige a interdependência entre os diferentes campos do saber, para melhor compreendê-los, e a valorização de outras formas de saberes (SANTOS, 2002).

Nesse contexto, diversos documentos, legislações, encontros internacionais, análise de *experts*, têm valorizado a educação ambiental, principalmente, no que tange ao seu caráter interdisciplinar, em termos de compreender o meio ambiente como constituindo um todo complexo,

³ Enquanto a interdisciplinaridade se limita a interação entre disciplinas, a transdisciplinaridade considera outras formas de conhecimento, para além das disciplinas científicas. Maiores detalhes ver em: SOMMERMAN, Américo. *A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como novas formas de conhecimento para a articulação de saberes no contexto da ciência e do conhecimento em geral*: contribuição para os campos da educação, da saúde e do meio ambiente. Tese de Doutorado apresentada ao Programa Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento: Universidade Federal da Bahia. 2012. 1305 p.

interdependente e interativo (PHILIPPI JR; PELICIONI, 2014). Entre os seus principais desafios está o de fazer com que os educandos se enxerguem como integrantes do meio ambiente e como protagonistas da sua aprendizagem (ALBANI; COUSIN, 2015).

Em face dessa nova realidade, pode-se colocar que a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, produziu grande impacto na Educação Profissional e Tecnológica brasileira, tendo transformado os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (ETFs e EAFs) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Posteriormente, em 2008, teve início o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com vistas à ampliação da oferta de matrículas e interiorização da rede. Diferente dos propósitos que fundamentaram o surgimento da Rede Federal de Educação profissional nos primórdios do Regime Republicano, qual seja, de formar mão de obra qualificada para a nascente indústria, os Institutos Federais tem por principal propósito formar um profissional cidadão, contribuindo para o desenvolvimento das regiões em que estão inseridos. Trata-se de valorizar a indissociabilidade entre formação geral e profissional com vistas à educação integral em prol do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais das diferentes regiões do país (PACHECO, 2010).

Com objetivo de compreender o peso da educação ambiental na viabilização desses propósitos, a pesquisa toma por *locus* de análise o Instituto Federal Catarinense – *Campus* Santa Rosa do Sul (IFC-SRS). Além de estar situado no Extremo Sul-Catarinense, em posição geográfica estratégica, próximo à rodovia BR101 e a grandes capitais e centros urbanos, tais como Porto Alegre, Florianópolis, Criciúma e Tubarão, oferta cursos voltados exclusivamente para o meio rural (Engenharia Agrônômica e Técnico em Agropecuária). Em razão dessas especificidades, pode-se colocar que o IFC-SRS constitui, para o território em questão, um ator estratégico no fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável, o que justifica a análise de como a variável ambiental vem sendo considerada na Instituição. Por ser obrigatória na grade curricular, a educação ambiental foi privilegiada para melhor compreensão do referido tema.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Diferentemente dos propósitos que fundamentaram o surgimento da Rede Federal de Educação Profissional⁴, nos primórdios do regime republicano, de formar mão de obra qualificada para a nascente indústria, os Institutos Federais tem por principal finalidade formar um profissional cidadão. Segundo Pacheco (2009, p.04), “o objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho, o qual poderia ser tanto um técnico, como um filósofo, um escritor ou tudo isto”.

A partir do diagnóstico de demandas regionais e locais, essas Instituições podem contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento local/regional. Em outras palavras, para o desenvolvimento endógeno, segundo as especificidades de cada território, e exógeno, através do reconhecimento e fortalecimento de laços com inovações presentes em outros territórios/regiões/países. Os vínculos com o território adstrito são importantes para o fortalecimento dos projetos locais, e para a geração de conhecimento a partir da realidade dos educandos. Dessa forma, através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, torna-se mais pertinente a consideração da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade no processo educativo. Nesses termos, pode-se colocar que os Institutos constituem uma “desafiadora novidade para a educação brasileira” em razão do seu *modus operandi*, constituindo-se numa forma híbrida entre universidade e CEFET, agregando o ensino superior e a educação básica profissional (PACHECO, 2009).

Por constituírem um empreendimento relativamente recente, parece significativo questionar até que ponto essas Instituições vem sendo, de fato, inovadoras, tal como mencionado. Se nos primórdios da rede federal a ênfase estava na formação para o mercado de trabalho, na ótica da lógica fordista, atualmente, a ênfase não se limita à formação técnica. No entanto, parece não estar claro se essas novas Instituições priorizam a formação cidadã e o desenvolvimento territorial sustentável

⁴ Os marcos regulatórios da Rede Federal de Educação Profissional foram iniciados em 1909, com o Decreto n.º 7.566, do Presidente Nilo Peçanha, tendo sido instaurado 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes e Artífices que, posteriormente, passaram a ser denominadas Escolas Técnicas. Essa modalidade de ensino foi pensada e projetada para atender as classes proletárias, em termos de inserção profissional, suprimindo a demanda da indústria. Aos filhos da elite cabia o trabalho intelectual, em termos de pensar/planejar os rumos do país (KUNZE, 2016)

como posto, ou se, na realidade, constituem uma adaptação ao novo mundo do trabalho, pautado na lógica do Pós-Fordismo. Ao invés da qualificação exigida no contexto Fordista, o que passa a ser demandado são competências, que requerem proatividade, flexibilidade, trabalho em equipe, em rede, sendo o Toyotismo uma referência de modelo de produção Pós-Fordista (HARVEY, 1992; MENDES, 2015). As inovações advindas com a Quarta Revolução Industrial, ou Revolução 4,0, como a inteligência artificial, as energias verdes, renováveis e sustentáveis, também caracterizam o novo contexto do universo do trabalho.

Ter clareza desses modelos de produção e seus respectivos contextos é pertinente, pois a depender de qual o propósito dos Institutos Federais, será conferida maior ou menor importância, por exemplo, à educação ambiental e ao seu caráter inter e transdisciplinar. Isso porque, se visam fortalecer novas dinâmicas de desenvolvimento, mais sustentáveis e equitativas, através da formação cidadã, a educação ambiental terá um papel estratégico na viabilização desse processo. Seja por fomentar novos valores individuais e sociais, éticos e de justiça social, críticos à lógica econômica utilitarista e seus postulados, tais como o progresso e o crescimento ilimitado, seja por facilitar a práxis cidadã através da “ação-reflexão-ação” (PELICIONI; PHILIPPI, Jr.; 2014). Mas, se o propósito consiste em formar mão de obra para o mercado de trabalho, de acordo com a tendência hegemônica, pautada nos pressupostos do Pós-Fordismo, é provável que educação ambiental esteja presente devido, principalmente, a uma exigência legal. Nesse último caso, pouco questiona o modelo de desenvolvimento hegemônico, e muito menos a possibilidade de viabilização de novas modalidades de desenvolvimento, limitando-se a temas pontuais e, não raro, fragmentados da problemática ambiental.

Face ao exposto, com intuito de buscar compreender o papel dessas Instituições nos territórios em que estão inseridas, tendo por referência o conceito de educação ambiental, a pesquisa teve por *lôcus* de análise o *Campus* de Santa Rosa do Sul do Instituto Federal Catarinense.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Compreender como a educação ambiental vem sendo implementada no Instituto Federal Catarinense – Campus Santa Rosa do

Sul (IFC-SRS), tendo por referência o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

1.2.2 Objetivos específicos

- Verificar como a educação ambiental vem sendo considerada nos trabalhos de conclusão de curso de uma amostra de discentes do Curso Técnico em Agropecuária;
- Compreender o entendimento dos discentes sobre a educação ambiental e sua relação com o desenvolvimento local;
- Observar se os discentes, em seus trabalhos de conclusão de curso, privilegiam os arranjos produtivos locais para a realização do estágio;
- Descrever como a temática da sustentabilidade aparece no interior do *Campus* no decorrer do ano letivo;
- Analisar a percepção dos docentes sobre a educação ambiental e sua relação com a interdisciplinaridade e com o desenvolvimento territorial sustentável;
- Examinar se há interesse por parte dos docentes em desenvolver atividades interdisciplinares voltadas à educação ambiental;
- Averiguar se os docentes consideram que o Instituto tem papel privilegiado no fortalecimento do desenvolvimento local e/ou territorial sustentável.

1.3 HIPÓTESE DA PESQUISA

Tendo em vista a importância da sustentabilidade nas sociedades atuais, os Institutos Federais consideram a educação ambiental, assim como o desenvolvimento local, não estando, portanto, reproduzindo o perfil das antigas escolas técnicas/agrotécnicas de formar mão de obra para o mercado de trabalho. No entanto, uma possível limitação pode ser referente à predominância da perspectiva disciplinar e setorializada de ensino/pesquisa/extensão, ao invés da intersetorialidade e da interdisciplinaridade tendo, por consequência, a pouca ênfase na educação ambiental e sua importância para o DTS.

1.4 JUSTIFICATIVA

A inter-transdisciplinaridade e a intersetorialidade são desafios postos, tanto para a educação ambiental, quanto para o desenvolvimento territorial sustentável. Deste modo, a pesquisa poderá contribuir para o acervo teórico e metodológico das referidas temáticas, auxiliando na elucidação dos limites desses processos e na indicação de instrumentos capazes de fortalecer essas práticas.

Assim como, evidenciar se os Institutos Federais constituem, de fato, uma inovação, em termos de não limitarem-se a formar mão de obra para o mercado de trabalho, sendo agentes no fomento do desenvolvimento territorial sustentável. Para essa análise foi selecionado o *Campus* Santa Rosa do Sul, do Instituto Federal Catarinense, em função de agregar cursos técnico e superior voltados ao meio rural, tais como o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e o Curso de Engenharia Agrônômica. Ambos estão direcionados para o desenvolvimento rural do território do Extremo Sul Catarinense, estando, portanto, diretamente envolvidos com a problemática ambiental e territorial. Isso porque, tem sido consenso na comunidade científica que toda e qualquer abordagem sobre desenvolvimento, rural ou urbano, deve considerar a dimensão ambiental (VEIGA, 2008). Daí a importância em compreender como a Instituição vem considerando essa variável, se de modo intersetorial, privilegiando a interdisciplinaridade, ou de forma fragmentada, mais em função de uma exigência legal.

1.5 METODOLOGIA

A metodologia foi de cunho qualitativo, tendo sido empregado o método estudo de caso, em que determinada unidade é analisada em profundidade (TRIVINÕS, 1987). Assim como, entrevistas semiestruturadas, questionários, conforme roteiros anexos, e análise documental. Segundo Martins (2004), a metodologia qualitativa privilegia a análise de microprocessos, a flexibilidade na coleta de dados, demandando para além da abordagem analítica, uma capacidade criadora e intuitiva.

Embora o IFC-SRS agregue cursos de nível médio e superior, o recorte da pesquisa privilegiou os discentes e docentes dos terceiros anos do Curso Técnico em Agropecuária, em função de haver maior preocupação, por parte da Instituição, em trabalhar a educação ambiental junto aos alunos do ensino médio, tendo existido inclusive uma disciplina na grade curricular sobre o tema.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a funcionários que ocupam posições chave, em função de atuarem como coordenadores em suas respectivas áreas, sendo responsáveis por orientar, auxiliar e supervisionar os estágios, as pesquisas, as atividades de extensão, e de discussão de temas transversais junto ao coletivo da Instituição. Os questionários foram aplicados a uma amostra de alunos do terceiro ano do Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, a fim de avaliar como a problemática ambiental vem sendo considerada nos seus trabalhos de conclusão de curso (TCC) e/ou relatórios de estágio (RE). Assim como, foram aplicados questionários a uma amostra de professores da área técnica e propedêutica (nível médio) sobre as temáticas em questão (educação ambiental, DTS e interdisciplinaridade).

Além disso, foi efetuada análise de uma amostra de cinquenta Relatórios de Estágios⁵, das quatro últimas turmas de formandos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (2010, 2011, 2012 e 2013), as quais juntas agregam 482 alunos. Foi selecionada uma amostra de ao menos 1% dos concluintes das respectivas turmas, importando 14 relatórios da primeira turma, em que se formaram 132 alunos; 15, da segunda turma, em que se formaram 137 alunos; 12, da terceira turma, em que se formaram 102 alunos; e 11 da última turma, em que se formaram 81 alunos.

A análise dos relatórios buscou verificar se no decorrer do tempo houve, em algum momento, mais ou menos privilégio à questão ambiental, se esteve ou não presente nesses trabalhos. Em caso afirmativo, buscou-se observar como se fez presente, se de forma fragmentada, setorializada, ou se valoriza e, de que modo, a dimensão sistêmica, interdisciplinar. A fim de evitar qualquer forma de direcionamento, optou-se pela seleção aleatória dos relatórios de estágios dos respectivos anos, com vistas a traçar um panorama geral do perfil dos trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos no referido período. Esses trabalhos são importantes, pois contém, de certo modo, a síntese da trajetória dos estudantes na Instituição, sendo um âmbito privilegiado por lhes possibilitar a integração teórica e prática dos conhecimentos aprendidos ao longo do curso.

⁵ Os Relatórios de Estágios são obrigatórios para a aquisição do diploma de Técnico em Agropecuária. Os alunos devem começar a se preocupar com esse trabalho no segundo ano do ensino médio.

2 DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL – A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Abordado em disciplinas como Antropologia e Geografia, a partir dos anos setenta o conceito de território passa a ter destaque nas novas abordagens sobre o desenvolvimento⁶, as quais compreendem o território como “um eixo norteador estratégico de um estilo de desenvolvimento sustentável a ser promovido em todas as escalas” (THEYS, 2003, p. 180). Ao mesmo tempo em que valorizam as especificidades territoriais como os arranjos produtivos locais, a cultura, a governança, também consideram os vínculos extraterritoriais, que contribuem para dinamizar as conexões locais (TREMBLAY & VIEIRA, 2011).

Ao invés da ênfase permanecer nos grandes projetos com forte centralização estatal, as políticas públicas passam a valorizar projetos menores, descentralizados, em pequenos e médios centros urbanos. A variável local passa a ser considerada em decorrência das especificidades territoriais que condicionam o êxito das políticas públicas, e devido à crise dos instrumentos tradicionais de promoção do desenvolvimento (VIEIRA, 2010).

Políticas descentralizadas, incentivadas por parte do Estado, têm contribuído para a consolidação da abordagem territorial de desenvolvimento. A articulação intermunicipal passa a ser importante na construção e viabilização de projetos em longo prazo, assim como a participação das forças sociais presentes no território. Trata-se com isso de promover a intermunicipalidade, a intersetorialidade e a participação social através de instrumentos de planejamento e gestão no âmbito intermunicipal, tendo por *locus* privilegiado os colegiados territoriais (FAVARETO et al, 2012).

⁶Não existe um consenso sobre o conceito de desenvolvimento, sendo muitas vezes confundido com crescimento econômico, tal como ainda ocorre no modelo hegemônico vigente. As análises críticas a esse modelo ressaltam que o desenvolvimento não pode limitar-se ao crescimento econômico, devendo considerar outras dimensões que são fundamentais nesse processo, tais como a cultural, social e ambiental. Ou seja, trata-se de um conceito multidimensional e transdisciplinar, sendo um equívoco restringi-lo à economia. Nesses termos pode-se colocar que desenvolvimento significa “crescimento economicamente sustentado, socialmente inclusivo e em harmonia com o meio ambiente” (SACHS, 2009, p. 329).

Um território exitoso é aquele em que os atores exercem sua capacidade de agência⁷ em termos de ampliar seus propósitos de modo a fortalecer a sua autonomia, a inclusão social e a integridade ambiental. Enquanto agentes do desenvolvimento territorial, os atores sociais podem constituir coalisões e alianças em torno de um objetivo que os legitime. Os espaços privilegiados para a constituição dessas ações, no Brasil, têm sido os Colegiados Territoriais, onde são discutidos os rumos dos territórios em termos de projetos prioritários e planejamento territorial.

No entanto, pesquisas têm demonstrado que essas instâncias vêm sendo incapazes de envolver as forças sociais mais influentes no território, se restringindo a lideranças do campo da agricultura familiar. Os atores menos influentes no território, tais como indígenas, quilombolas, mulheres e a juventude rural, estão praticamente ausentes desses espaços. O envolvimento de uma diversidade maior de atores é fundamental para fortalecer a diversificação do tecido social e econômico dos territórios. A limitação a um setor como, por exemplo, a agricultura familiar, acaba deslegitimando a demanda territorial das políticas públicas e os próprios Colegiados Territoriais (FAVARETO, 2010).

O desenvolvimento territorial privilegia a dimensão econômica, em termos de fortalecer a competitividade territorial através da intersectorialidade, da descentralização das políticas públicas e da participação social. Tem por referência os Distritos Industriais Italianos e a prosperidade de certas regiões que se diferenciam por possuir uma boa governança, não sendo uma simples projeção do global, tais como os *clusters* do Vale do Silício nos EUA, Noroeste Italiano, Baden-Württenberge Baviera na Alemanha, Suíça e Áustria, e os Parques Científicos Franceses (Grenoble, Sophia Antipolis - Rhone-Alpes) (VALE, 2006).

Embora a perspectiva territorial seja um avanço em consideração ao enfoque setorial, praticamente desconsidera a variável socioambiental o que implica significativas limitações, pois

(1) considera os aspectos culturais, históricos e sociais apenas como 'recursos' ou 'capitais',

⁷ O conceito de agência é compreendido na acepção de Pierre Bourdieu, sendo considerados os indivíduos e os seus respectivos contextos, em termos de que a ação social, embora seja estruturada pelo campo em que está inserida, é também estruturante, capaz de moldar a estrutura social (BOURDIEU, 2003).

visando impulsionar o desenvolvimento; (2) exclui do debate a falência dos modelos tradicionais do desenvolvimento e suas consequências sobre a crise socioambiental atual; (3) desconsidera os aspectos políticos no nível micro e no nível macro, referente às assimetrias Norte-Sul; e (4) confunde desenvolvimento com o fortalecimento da economia centrada no mercado (ANDION *et al*, 2007, p. 204).

Considerando essa lacuna, o conceito de desenvolvimento territorial sustentável (DTS) compreende que as novas dinâmicas de desenvolvimento territorial não terão o devido êxito se forem pautadas apenas pela dinamização socioeconômica do âmbito local. Sinaliza para a necessidade de um esforço em considerar a questão socioecológica, o que pressupõe o incentivo a novas modalidades de desenvolvimento em que a gestão socioambiental esteja entre as suas prioridades.

Tem por referência os SPL (Sistemas Produtivos Locais)⁸, que por estarem num mesmo espaço, facilitam a interação entre comunidade e empresas, sendo o processo de inovação, resultante mais da simbiose territorial do que do protagonismo individual. Cada território irá diferenciar-se por suas particularidades, riquezas, podendo ser caracterizado por sua “cesta de bens” que inclui a “esfera do homem (fatores técnicos-econômicos-antrópicos) e a esfera da natureza (fatores eco-climáticos-edafológicos)” (PECQUEUR, 2003). As principais dimensões consideradas pelo enfoque do DTS são:

Quadro 01 – Dimensões do enfoque de DTS

<p>Dimensão socioeconômica</p>	<p>Considera as mudanças no mundo do trabalho, nos sistemas produtivos, e a importância de que sejam valorizados os fatores não mercantis ou extra-econômicos, através do auxílio do Estado, por exemplo, para a economia mista e não apenas para a economia de mercado. As análises das dinâmicas econômicas para fortalecer a economia plural implicam a melhoria da competitividade territorial, segundo as especificidades locais; inovação na forma da produção, estímulo à diversidade; hibridação de diferentes formas de regulação econômica (não mercantil/não monetária).</p>
---------------------------------------	---

⁸ Designam: “um conjunto caracterizado pela proximidade de unidades produtivas no sentido amplo do termo (empresas industriais, de serviços, centros de pesquisas e de formação, interfaces etc) que mantém entre si relações mais ou menos intensas” (COURLET, 2003, p. 60).

Dimensão sociopolítica	Renovação da ação do Estado, procurando superar a visão de “contraposição” (nós e eles) e a visão de “complementaridade” (assistencial - 3.º setor) entre as diferentes esferas (Estado, mercado e sociedade civil). Incentivo a uma participação política ampliada da sociedade civil, reconhecimento da pluralidade e do conflito. Para isso, é importante levar em consideração: a) laços sociais formais, informais; conflitos e formas de articulação entre eles; b) grau de mobilização dos atores locais e o estímulo ao empreendedorismo, aprendizagem, inovação; c) valorização do patrimônio local e das inovações institucionais.
Dimensão socioecológica	Interrelação entre sistemas sociais e sistemas ecológicos, a fim de levar em conta os impactos do desenvolvimento sobre os ecossistemas. Incentivo ao uso de tecnologias apropriadas, estímulo a novos padrões de consumo, devendo ser considerado as seguintes variáveis: apropriação, uso e gestão dos recursos naturais comuns; identificação de fontes de degradação e promoção de ações corretivas e preventivas; estímulo à formas de produção e consumo ecologicamente prudente.
Dimensão sociocultural	Mecanismos de integração sociocultural (redes associativistas, festas típicas, movimentos sociais etc); Valorização dos saberes, da identidade e da cultura local; Conexões culturais transescalares; Patrimônio cultural e arquitetônico; Inter-relação entre os mundos urbano e rural, entre produtores e consumidores; Inserção social e econômica das populações menos favorecidas.

Fonte: SILVEIRA, 2013 apud ANDION et al, 2007, p. 131 (adaptado).

Frente à dificuldade de difusão e enraizamento dos casos exitosos de DTS, as inovações sociotécnicas vêm sendo consideradas fundamentais, sendo a questão principal a de saber como e de que forma “essas inovações poderiam se generalizar, adquirindo assim um alcance matricial e incorporando-se aos fundamentos do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável” (FONTAN & VIEIRA, 2011, p.56). Segundo Herrera e Ugarte (2008, p.97),

(...) A inovação sempre se refere ao conjunto de ações necessárias para transformar uma situação particular, que inclui desde o redesenho dos processos até o desenvolvimento de novas capacidades, já que toda inovação supõe uma nova competência. (...) Uma nova forma de fazer

as coisas, de organizar-se para fazer frente à vulnerabilidade.

A maioria das inovações sociotécnicas no campo social está relacionada a “técnicas brandas”, referindo-se a uma tecnologia organizativa e grupal, em termos de saber tecer alianças e de auto-organizar-se (HERRERA & UGARTE, 2008). A Rede Ecovida de Agroecologia pode ser citada como um exemplo emblemático desse tipo de inovação. Surgiu na década de 1990, na Região Sul do Brasil, sendo resultado de processos históricos, em especial de organizações da sociedade civil que lutavam por uma alternativa ao modelo da modernização agrícola ou revolução verde. Não obstante, embora a Rede Ecovida seja uma referência exitosa, atuando em diversos municípios da Região Sul, agregando uma série de agricultores, consumidores e técnicos, apresenta dificuldade em atuar enquanto um “ator territorial” no sentido de não se limitar à Rede Ecovida, mas de atuar em rede (SILVEIRA, 2013).

Em função desses desafios, a educação ambiental tem um papel imprescindível, seja para os agentes dessas dinâmicas, seja para a população local. Isso porque, a superação da crise ambiental exige uma mudança de comportamento, de valores, e a compreensão de que o social/econômico e ambiental devem ter a mesma relevância (JACOBI, 2013). A título de comparação, se for considerado que a Europa levou três séculos para passar da esfera mental da Idade Média à Idade Moderna, parece que não será simples ultrapassar a ideia de progresso e de crescimento ilimitado, tal como posto pelos críticos ao modelo de desenvolvimento hegemônico (LATOUCHE, 2006).

Por tratar-se de um processo lento, de construção de novos valores, e de novas relações entre sociedade e natureza, a educação ambiental tem uma contribuição ímpar para a difusão e consolidação de um novo modelo de desenvolvimento, em que os estilos de vida sejam compatíveis com os recursos ecológicos, o que implica a redução do consumismo, o combate à poluição, à proliferação de agrotóxicos perigosos, entre outros. O seu êxito está na capacidade de envolver, além da escola, a própria comunidade, tendo por referência a ideia de “agir local e pensar global”. Tem um caráter permanente, pois a “evolução do senso crítico e a complexidade dos aspectos que envolvem as questões ambientais se dão de modo crescente e continuado, não se justificando a sua interrupção” (CZAPSKI, 1998, p. 29).

No âmbito da legislação, o artigo 225 da Constituição Federal determina a obrigatoriedade da educação ambiental em todos os níveis

de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Em 1981 foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente através da Lei Federal 6.938/81. Posteriormente, em 1994, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) e, mais à frente, em 1997, foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que consideram o meio ambiente um tema transversal, devendo perpassar todas as disciplinas. Outras referências emblemáticas são as conferências internacionais sobre meio ambiente, como a de Estocolmo, Tbilisi, Eco-92, das quais surgiram inúmeras propostas, podendo ser citadas a Agenda 21 – reforça a urgência em envolver todos os setores da sociedade em prol da sustentabilidade, considerando a educação formal e não-formal nesse processo; e a Carta Brasileira para a Educação Ambiental – reforça a importância da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino (CZAPSKI, 1998).

Embora os avanços referidos, pesquisas têm demonstrado que a introdução da Educação Ambiental nas escolas, universidades, instituições em geral, ainda é muito incipiente, existindo uma significativa defasagem entre o discurso e a prática, em especial na viabilização da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade. Como, por exemplo, muitas vezes a questão ambiental é abordada pelas ciências físicas e biológicas, sem incorporar as dimensões social, cultural e econômica (MEDEIROS, 2014).

2.1 O MUNDO RURAL E OS AGENTES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: LIMITES E POSSIBILIDADES

Seguindo a lógica do modelo de desenvolvimento, pautado no progresso e crescimento ilimitado, caracterizado na seção anterior, nos anos 1940 emergiu nos Estados Unidos (EUA) a modernização agrícola ou Revolução Verde. Posteriormente, este modelo foi expandido a outros países tornando-se hegemônico, em âmbito mundial, em fins da década de 1970 (SAUER & BALESTRO, 2009).

No início da década de 1980, em função da pressão de grupos religiosos, em decorrência dos impactos negativos do referido modelo, tais como expansão das monoculturas, uso indiscriminado de insumos químicos, êxodo rural, surge nos EUA o conceito de agricultura familiar, como sendo constitutivo de um novo modelo de desenvolvimento rural. Na Europa, a partir da década de 1990, com o surgimento da União Europeia, passa haver maior incentivo às políticas públicas voltadas à agricultura familiar (NAVARRO, 2011).

Enquanto na Europa e nos EUA foi implementado um modelo

unimodal de modernização agrícola, com vistas a tornar a agricultura familiar competitiva, empresarial e integrada às cadeias do agronegócio, no Brasil foi privilegiado um modelo bimodal. A diferença está no fato de que neste caso houve uma transformação apenas dos latifúndios improdutivos em empresas rurais modernas, os denominados Complexos Agroindustriais, através de fortes subsídios do Estado. Manteve à margem a agricultura familiar e camponesa⁹, sendo que apenas uma minoria destes conseguiu se inserir às cadeias produtivas do agronegócio. Uma das razões desta exclusão foi devido o entendimento de que a agricultura familiar seria um resquício do passado, devendo ser inevitavelmente superada (CAUME, 2009).

Somente na década de 1990 foi criado no Brasil uma política pública, em âmbito nacional, voltada para a agricultura familiar, trata-se do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Embora novas políticas públicas tenham sido direcionadas a esse setor como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os grandes aportes permaneceram voltados ao agronegócio.

Atualmente, em âmbito mundial, segundo Ploeg (2008), a agricultura poderia ser caracterizada pela articulação de três modalidades que denomina de industrialização, recampesinização e desativação. A primeira seria referente ao modelo da revolução verde; a segunda, dos agricultores familiares de base camponesa; e a terceira, ocorreria quando há o abandono da agricultura pelos camponeses. Afora essas particularidades, adverte que há dois modelos dominantes de agricultura, sendo um pautado nos circuitos curtos e descentralizados, e outro centralizado e com capacidade de operar em escala mundial (PLOEG, 2008).

Outro aspecto importante a destacar refere-se ao fato de que, em função da problemática ambiental, têm sido valorizadas outras modalidades de agricultura e desenvolvimento rural. Um exemplo são as agriculturas de base ecológica, tais como produção orgânica, agroecológica, agrofloresta, entre outros. Além disso, as especificidades do mundo rural (silêncio, ar puro, água limpa, segurança) são mais consideradas, pois há uma busca pela saúde, qualidade de vida e longevidade. Nesse contexto, a produção baseada em circuitos curtos de comercialização tem obtido êxito, conferindo maior *status* à agroecologia e à agricultura orgânica, as quais passam inclusive a ser

⁹ Essas diferentes formas sociais de produção agrícola podem ser conceituadas como sendo camponesa, familiar, empresarial, latifúndio, a partir das relações sociais estabelecidas no processo produtivo (CAUME, 2009)

consideradas como um novo paradigma de produção agrícola (ALTIERI, 1989).

Nesse contexto, o desenvolvimento endógeno, territorial e sustentável, tem sido considerado, tendo muitas políticas públicas privilegiado esses aspectos, tais como, por exemplo, o Programa Europeu de Apoio ao Desenvolvimento Local e Rural (LEADER) e, no Brasil, o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (ANDION, 2009). Os conhecimentos tácitos, os recursos naturais, a pequena produção, a cultura local, passam a ser muito valorizados (WILKINSON, 2000). Os territórios mais beneficiados, nessa nova conjuntura, tem sido os adjacentes entre rural e urbano por facilitarem a reinserção de pequenos agricultores com base na multifuncionalidade e pluriatividade (VEIGA, 2000).

Pode-se colocar que há três dimensões chave nesse processo, a territorial, a pautada no capital social e a que valoriza a educação no meio rural. Ambas sinalizam para o fato de que o desenvolvimento rural não se restringe às atividades agrícolas, devendo ser considerada a densa rede existente entre as diferentes esferas sociais e a proximidade social no território, capaz de propiciar a colaboração entre os atores, facilitando as trocas, os vínculos e a valorização dos saberes (AMORIN, 2010; ABRAMOVAY, 2000).

Nesse contexto, os Institutos Federais tem um papel de agência muito importante para o desenvolvimento sustentável dos territórios em que estão inseridos. Devido o reconhecimento e prestígio por parte da comunidade, podem ser facilitadores desse processo, via estabelecimento de vínculos com o território adstrito, a fim de fortalecer os projetos locais, e a inter/transdisciplinaridade com vistas a gerar conhecimento a partir da realidade dos educandos. Desse modo,

[...] O fazer pedagógico desses Institutos, ao trabalhar na superação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada (SETEC, 2008, p. 32. In: PACHECO, 2010, p.82).

Torna-se imprescindível o estabelecimento de vínculos mais estreitos, capazes de reforçar o diálogo, a intersetorialidade, e o conhecimento dos arranjos produtivos presentes no território. A partir

dessa interação, os Institutos podem constituir um mapa das potencialidades e deficiências desses empreendimentos, em termos de oportunidade de emprego, de agregação de valor, de planejamento, de crédito, de inovações, entre outros. A partir disso, terão mais clareza de como contribuir para o fortalecimento dessas iniciativas.

Para isso, a pesquisa é de suma importância, não apenas para indicar se os egressos estão se inserindo no mercado de trabalho local e regional, mas para saber de que forma ocorre a relação da Instituição com o território, de modo a responder questões como: Estaria o ensino técnico sendo apenas uma via para o ensino superior, estando o aluno buscando o ensino médio em detrimento do técnico? Caso isso se confirme, o aluno estaria verticalizando sua trajetória educacional, permanecendo na mesma área e/ou similar? Quais aportes poderiam ser disponibilizados para o fomento da produção de base ecológica, segundo a realidade local dos agricultores? Como ampliar os vínculos da Instituição com os atores locais? (SILVA & TERRA, 2016; MENDES, 2015)

Em face desses pressupostos e questionamentos, o projeto de pesquisa “A importância da educação ambiental na viabilização do desenvolvimento territorial sustentável: o papel dos Institutos Federais” tomou por referência a educação ambiental, devido a sua obrigatoriedade, na grade curricular, e pertinência em problematizar a relação desenvolvimento x meio ambiente. Embora essas referências normativas sejam significativas para compreender como se processa a relação entre o ator e a estrutura, imprescindível para o tema de pesquisa proposto, parece interessante ainda considerar a abordagem relacional, entre esses dois eixos, na ótica de Pierre Bourdieu.

Dessa forma, para melhor entender o papel da agência, faz-se necessário a compreensão da estrutura social que conforma determinado campo social, assim como o *modus* como a ação social se constitui nesse espaço. Isso porque, a ação social é ao mesmo tempo estruturada pelo campo em que está inserida e estruturante, por ser ela que molda a estrutura social (BOURDIEU, 2003).

Os campos sociais constituem esferas relativamente autônomas, com distribuição desiguais de capitais (político, social, econômico, cultural), de modo que a posição dos atores no interior do campo irá depender da maior ou menor densidade dos referidos capitais. Ainda segundo Bourdieu (2003), deve-se considerar o *habitus*¹⁰ como

¹⁰ O *habitus* se refere às estruturas mentais/cognitivas, ou o conjunto de

agregador de valor aos capitais, conforme o processo de socialização existente em cada contexto.

Tendo em vistas os aspectos referidos, pode-se colocar que a capacidade de agência dos atores sociais irá depender de como se posicionam no campo social, a partir do seu *habitus*, de modo a fortalecer os capitais político/econômico/social/cultural e, consequentemente, as estruturas relacionais em que estão inseridos. A partir disso, a depender do conjunto de percepções, valores, crenças dos atores sociais, podem fortalecer as regras e valores, hegemônicas em determinado campo, como se fossem “naturais”, ou contribuir para fortalecer novas práticas, pautadas em novos valores.

percepções, valores, crenças, incorporados pelos indivíduos ao longo de sua vida, os quais traduzem a sua visão de mundo e o quanto de capital social e poder simbólico orientam suas ações. Desse modo, o conceito de campo e de *habitus* expressam a interação entre o social e o individual, integrando o micro e o macro. Nesse contexto, os indivíduos podem submeter-se à situação dada ou estabelecer lutas simbólicas pela sua subversão. Isso implica que embora a ação social seja condicionada pelas estruturas, há espaço/abertura para o seu redirecionamento, uma vez que a prática social sofre influencia dialeticamente estrutural e subjetiva (CULT, 2008).

3 O ESTUDO DE CASO: O INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

O Instituto Federal Catarinense foi criado a partir da integração de três autarquias federais: Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, e de dois Colégios Agrícolas ligados à Universidade Federal de Santa Catarina, localizados nas cidades de Araquari e Camboriú (TEIXEIRA, 2012). Atualmente possui quinze *campi*, estando a reitoria sediada em Blumenau.

Figura 01 – Mapa dos Campi e Reitoria do IFC



Fonte: IFC (2016).

3.1 O INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS SANTA ROSA DO SUL

O Instituto Federal *Campus* Santa Rosa do Sul passou por diversas denominações até chegar a atual, sendo a primeira, Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS); a segunda, Instituto Federal Catarinense *Campus* Sombrio; e a terceira, atual, conforme referida. Para entender as mudanças das nomenclaturas, é importante resgatar o contexto em que foram criadas, seus objetivos e missão.

O surgimento da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS) foi decorrente do Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Rio

Mampituba, denominado Sub-projeto Sombrio, criado pela Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL)¹¹. O objetivo principal da SUDESUL era o desenvolvimento socioeconômico da região, cabendo à EAFS dar apoio e auxiliar as famílias assentadas na região da Vila Nova. Trata-se de uma área rural do município de Santa Rosa do Sul, onde fica a Sede da EAFS, tendo sido escolhida, na década de oitenta, para o assentamento de famílias sem terra (FARIAS, 1998).

Os assentamentos iniciaram em 1987, pela SUDESUL, em parceria com uma série de Instituições, atores regionais e locais com objetivo de promover a inclusão social das famílias sem terra e o desenvolvimento rural da região. No entanto, em 1990, o governo federal extinguiu a SUDESUL, tendo o projeto sido praticamente paralisado e, mais tarde, caído no esquecimento. Em janeiro de 1996, o Estado de Santa Catarina, via Diretoria de Assuntos Fundiários, assumiu o projeto, mas também o abandonou, fazendo com que até hoje permaneça a indefinição quanto à titulação das terras ocupadas pelos assentados, o que acarreta uma série de dificuldades como acesso a financiamentos, entre outros (REINKE, 2009).

A principal fonte de renda dos assentados é oriunda da agricultura familiar, tendo cada família direito a ocupar até 10 *hectares* de terra. Em geral, segundo relato dos agricultores, citado por Reinke (2009), trata-se de terras ruins, devido o risco de enchentes, com áreas de banhado, e muitas partes tomadas pelo mato. Os principais produtos cultivados são: milho, aipim, arroz, feijão, fumo, e cana-de-açúcar. Além da agricultura, muitas famílias exercem outras atividades, como trabalho assalariado, inclusive como servidores terceirizados do Instituto Federal Catarinense *Campus* Santa Rosa do Sul (REINKE, 2009).

Em face desse contexto, coube à EAFS, inaugurada em 05 de abril de 1993, a incumbência de auxiliar no desenvolvimento socioeconômico dessas famílias, proporcionando-lhes melhor qualidade de vida, o que vinha de encontro aos seus propósitos. Devido o seu ideário de fortalecer o desenvolvimento local, o empreendedorismo e a cidadania, tinha por missão ‘preparar pessoas para promoverem, com competência, o desenvolvimento sustentável do Extremo Sul Catarinense, Litoral Norte e Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul’ (ZILIO, 2009, p.12).

¹¹ Autarquia federal criada pelo decreto – Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, estando vinculada ao Ministério do Interior (REINKE, 2009).

Além disso, a EAFS iria atuar como unidade de ensino descentralizada da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, localizada em Florianópolis, ofertando curso Técnico em Agropecuária em regime de escola-fazenda. Possui uma área de duzentos e quatro hectares, sendo aproximadamente cento e trinta destinados à preservação (mata nativa), e os demais utilizados para ensino/pesquisa, tendo destaque para as culturas de arroz, feijão, frutas, hortaliças, psicultura, e criação de animais (TEIXEIRA, 2012).

Sua clientela inclui alunos de diferentes regiões do Estado de Santa Catarina (a maioria), Paraná e Rio Grande do Sul. Grande parte desses alunos é filho de agricultores, pecuaristas, fumicultores, ou seja, pessoas oriundas do meio rural. Oferece Ensino Médio e cursos técnicos, sendo o principal, o Curso Técnico em Agropecuária (FARIAS, 1998).

A sua localização geográfica no município de Santa Rosa do Sul, lhe confere uma posição estratégica, por estar situada próximo a uma rodovia muito importante, 15 km da BR 101, e a duas capitais da Região Sul, estando a 250 km da capital de Santa Catarina, Florianópolis; e 220 km capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (TEIXEIRA, 2012).

O município de Santa Rosa do Sul possui uma área de 164,48 km², tendo uma população de 8.261 habitantes. Embora seja uma região predominantemente agrícola, tem atividades comerciais, indústria do polvilho e ecoturismo. Destaca-se no cenário catarinense por sediar a maior festa do polvilho e da banana, a 'Polvilhana'. Assim como, por receber estudantes de diferentes regiões do país que procuram cursos técnicos e superiores no Instituto Federal Catarinense *Campus* Santa Rosa do Sul. Na cultura se destacam os folguedos populares Boi de Mamão e Maracatu (GPM, 2016). Além disso, o município integra a região da AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense) (ZILIO, 2009).

Contando com uma população de 190.312 habitantes, um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,727 e um PIB de R\$ 2,5 bilhões, a AMESC integra os seguintes municípios: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo. Antes da chegada dos europeus (Luso-brasileiros, Vicentistas e Açorianos) no século XIX, a região era habitada pelos Índios Carijós e Xoc Leng. Posteriormente, chegaram os Italianos, Germânicos, Poloneses e outras etnias (AMESC, 2013; 2016).

Em relação à participação nos segmentos econômicos

Catarinenses, por número de empresas, contribui com 13% no agronegócio, 13% na indústria e 74% no comércio e serviços. O potencial associativo na região é forte, tendo uma das maiores cooperativas do estado, a Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado (COOPERJA) (AMESC, 2013).

Embora o setor de comércio e serviços tenha a maior participação na formação do PIB regional, a agropecuária se destaca, principalmente, com o cultivo de arroz irrigado, com a produção de maracujá, com a agricultura familiar e com a pecuária semiextensiva. Atualmente, devido a crescente demanda por alimentos livres de insumos químicos, vem despontando a agricultura de base ecológica (agroecologia) (TÉCNICO EPAGRI, 2014). Outro destaque é o turismo rural e sazonal, envolvendo Serra e Mar, sendo uma referência o Caminho dos *Canyons*, roteiro que integra 15 municípios do Extremo Sul Catarinense, o turismo rural e os Balneários existentes na Região – Gaivota e Arroio do Silva (AMESC, 2013).

Figura 02 – Mapa da Microrregião de Araranguá-SC



Fonte: AMESC, 2012.

Tradicionalmente, a EAFS buscou atuar via parcerias, convênios, acordos com outras entidades da Região da AMESC, ofertando cursos de qualificação profissional nos municípios da região, sendo alguns

exemplos: arroz irrigado (50h – Jacinto Machado); Administração rural (80h – Praia Grande, Santa Rosa do Sul, Sombrio); Panificação e confeitaria (80h – Jacinto Machado) (FARIAS, 1998).

Em relação aos principais projetos executados pela Instituição, podem ser destacados:

Curso de Pós-graduação em Educação Ambiental 'Lato Sensu', com ênfase em gestão ambiental, em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina; Curso de Licenciatura Plena para graduação de professores da Parte Especial do Currículo de Ensino de 2.º grau. Esquema II, em convênio com o CEFET/PR; Curso Pós-Médio em Processamento de Dados; Curso Pós-Médio em Agropecuária; Construção da Unidade de Agroindústria (FARIAS, 1998, p. 25).

Ainda, segundo Farias, foi ofertado curso de turismo rural com objetivo de fortalecer o Agroturismo e o Ecoturismo, com vistas a oportunizar novas fontes de renda e motivar a permanência no campo. Outro curso destacado pela autora foi o de capacitação de docentes, em função da necessidade da atualização e do constante aprendizado.

Com a lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a EAFS é transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus Sombrio*. Com a nova legislação, os Institutos são equiparados às universidades, devendo ofertar curso técnico de nível médio (50%); cursos de licenciatura (20%); curso de educação de jovens e adultos integrado ao ensino profissional – PROEJA (10%); bacharelados tecnológicos, engenharias, em função da carência desses profissionais no Brasil, e pós-graduação (20%) (REINKE, 2009; PPCTA, 2015).

Em decorrência dessa mudança, além do curso Técnico em Agropecuária ofertado nas modalidades integrada e subsequente ao ensino médio, passou a ofertar curso superior em engenharia agrônoma. Também sofreu uma significativa ampliação, tendo sido criada uma unidade urbana, localizada no Município de Sombrio, com os seguintes cursos: Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Hospedagem Integrado ao Ensino Médio, Licenciatura em Matemática, Tecnologia em Redes de Computadores, Tecnologia em Gestão de Turismo (IFC-CASOM, 2016).

Devido à ampliação da unidade urbana, foi iniciado o processo de separação formal das duas unidades (sede e urbana), o qual ainda não foi totalmente concluído, estando a Unidade Urbana com *status* de *Campus*

Avançado¹². Com essa divisão, o *Campus* original, da sede, passou a ser designado pela denominação do município em que está lotado, *Campus* Santa Rosa do Sul.

Além de biblioteca, quatro auditórios, ginásio de esportes, laboratórios, refeitório, o *Campus* Santa Rosa do Sul possui lavanderia, alojamento masculino e feminino, centro cultural e um Museu, conforme fotos dispostas no anexo 01 (MACHADO, 2011).

Sobre a relação mais recente e inclusive atual do *Campus* com as famílias assentadas da Vila Nova, pode-se colocar que muitos assentados estudam no Instituto, participam nos cursos ofertados, outros trabalham como terceirizados. Os docentes da Instituição realizam atividades de extensão junto às famílias como, por exemplo, assistência às hortas domésticas. O *Campus*, através do Convênio 02/2012 com a Associação de Moradores da Vila Nova, estabelece parceria para o fornecimento e usufruto de água no âmbito do Instituto e da Associação. Disponibiliza ainda salas para trabalhos de artesanato, para reuniões e palestras, entre outros. No entanto, segundo o ex-diretor do IFC-SRS, o grande objetivo é que o *Campus* comece a, de fato, “derrubar aos poucos as cercas que ainda separam os assentados da comunidade escolar tão perto instalada” (REINKE, 2009, s/p).

¹² *Campus* Avançado – são denominados os *Campi* que não tem total autonomia, pois ainda se encontram em processo de formação, sob “custódia” de um *Campus* mais antigo.

4 A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE/CAMPUS SANTA ROSA DO SUL - ANÁLISE DOS DADOS

4.1 PRINCIPAIS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS DOCENTES

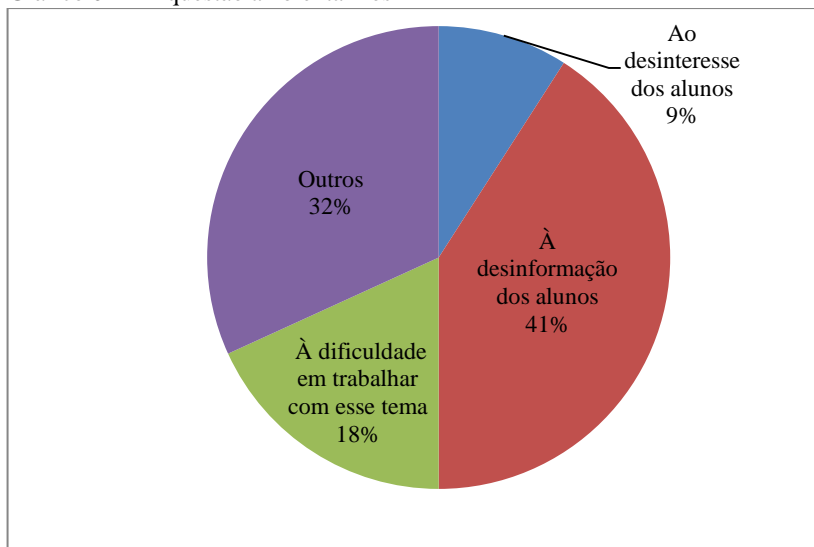
Atualmente, o quadro docente da Instituição integra ao todo 51 professores, incluindo efetivos e substitutos, sendo 25 da área técnica, e 26 da área propedêutica (PTD-SRS, 2016). No momento da aplicação do questionário (anexo – 02), foi privilegiado para coleta de dados os professores que já estão há mais tempo na Instituição, por conhecerem o seu funcionamento, as atividades desenvolvidas, o que mudou ou permaneceu no decorrer do tempo etc. Além disso, considerando que na época da coleta dos dados, no segundo semestre de 2015, estavam presentes na Instituição aproximadamente 40 docentes, em razão de muitos estarem de licença, e/ou afastados por razões diversas, foram aplicados 21 questionários. Destes, 10 questionários foram aplicados aos docentes da área técnica, e 11, aos docentes do propedêutico.

No que se refere à percepção dos docentes sobre a importância da educação ambiental, 67% consideram muito relevante e 33% relevante. No entanto, 52% entendem que a educação ambiental requer a interdisciplinaridade, e 48% assinalou que requer muito. A primeira resposta evidencia o que já é sabido, que a temática ambiental é muito valorizada, em documentos, discurso, na mídia. Na segunda questão, o requer, e o requer muito, se diferenciam, pois na primeira resposta significa que a interdisciplinaridade é importante, já na segunda (requer muito) significa que, não só é importante, mas imprescindível, devendo, portanto, ser obrigatoriamente considerada. O que implica não limitar-se apenas ao discurso sobre o tema, sua importância, como tem sido comum em diferentes meios, mas revelando a preocupação em, de fato, operacionalizar essas duas variáveis. Nesses termos, pode-se colocar que a opinião dos docentes, reflete o que foi destacado na revisão de literatura, ou seja, da ênfase discursiva da importância dessas questões presente nos diferentes âmbitos, institucionais, jurídicos, políticos e econômico (MEDEIROS, 2014).

Mais de 80% dos docentes considera importante o envolvimento de todo o coletivo da escola nessa questão, sendo a educação ambiental inclusive compreendida como devendo ter maior centralidade em relação aos demais temas transversais (gênero, ética, educação sexual). Além disso, mais de 50% costuma inserir sempre a questão ambiental

em sua disciplina, e os demais disseram que às vezes incluem essa temática. No entanto, ao serem questionados sobre o porquê da questão ambiental, embora sendo tão considerada, pouco aparecer, por exemplo, nos trabalhos de conclusão (relatórios de estágios / RE) dos alunos do IFC-SRS, as respostas foram bastante divergentes, conforme gráfico 01 :

Gráfico 01 – A questão ambiental nos RE



Fonte: autora.

Considerando que a maioria dos docentes diz inserir a questão ambiental em suas disciplinas, parece contraditório que 41% tenha destacado que esse tema não aparece nos RE devido à desinformação dos alunos. Na realidade, os dados expressos neste gráfico confirmam a hipótese da pesquisa, de que a educação ambiental, ou a sustentabilidade, embora sejam muito consideradas, o são de forma fragmentada nas diferentes disciplinas, sem unidade interdisciplinar, o que acaba fazendo pouco sentido para os alunos e, portanto, sendo indiferente a sua consideração nos trabalhos de conclusão de curso ou relatórios de estágios.

Além disso, não deixa de evidenciar certa dificuldade, por parte dos docentes, em se envolverem com esse tipo de atividade, pois demanda novos posicionamentos e desafios. Isso porque, não há uma fórmula ou um modelo para a implementação das atividades interdisciplinares, pois cada caso, situação, é singular, devendo prevalecer a ideia de “aprender fazendo” (MORIN & JACOBINA,

2005).

De modo geral, em relação ao questionário aplicado aos docentes, pode-se colocar que a educação ambiental, compreendida de modo fragmentado, acaba não abrangendo o dia a dia dos alunos, de forma a assimilarem a ideia de que são parte do meio ambiente, e entender que proteger a natureza, implica em proteger a si mesmo. Daí a importância da construção conjunta do conhecimento, a partir da realidade do aluno, por meio de uma abordagem que considere as dimensões sociais, ambientais, culturais, econômicas, de consumo e de trabalho vigentes no território.

A educação não voltada à realidade é um dos limitantes, pois no caso do meio rural, contribui para o jovem migrar para as cidades. Nesse sentido é importante trabalhar a identidade do jovem agricultor familiar, de forma dialógica, horizontal, considerando o saber do aluno, do local, para que através do diálogo e da experiência dos envolvidos no processo, sejam construídos novos conhecimentos. Trata-se ainda de fazer com que os educandos se enxerguem como integrantes do meio ambiente e como protagonistas da sua aprendizagem (ALBANI; COUSIN, 2015).

Considerando que 99% dos docentes entende haver relação entre a educação ambiental e a construção de novas modalidades de desenvolvimento, parece que não será muito difícil viabilizar esse processo, no que se refere ao entendimento e relevância do caráter intrinsecamente sistêmico da educação ambiental. A questão é saber até que ponto terão motivação e disponibilidade em viabilizar operacionalmente essas ideias, através de projetos integradores envolvendo, num primeiro momento docentes e discentes para, posteriormente, agregar a comunidade nesse processo.

Além de não existir uma fórmula de como implementar a intertransdisciplinaridade, não há experiências consolidadas que envolvam essas temáticas, mas apenas indicações esparsas de casos específicos. Outro complicador se refere à carga horária da maioria dos docentes, sendo próxima e muitas vezes superior, à 16 (dezesesseis) horas aula, sem contar as comissões, os projetos de pesquisas e outras atividades que estão envolvidos, o que acaba dificultando a viabilização de iniciativas desse porte.

4.2 PRINCIPAIS RESULTADOS DA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIOS (RE)

Os dados dos cinquenta e dois RE das quatro últimas turmas de egressos do IFC-SRS, foram agrupados pelo respectivo ano de conclusão, sendo definido para cada um deles as seguintes variáveis: local escolhido para realização do estágio – âmbito empresarial, da agricultura familiar/camponesa, de instituições públicas, de organizações da sociedade civil, de arranjos produtivos locais; Território do Extremo Sul-Catarinense – envolvendo os municípios da AMESC; Outros territórios – incluindo outros municípios, não inseridos na Região da AMESC; Sustentabilidade forte – considerando a dimensão sistêmica; Sustentabilidade fraca – predomínio da análise fragmentada e normativa (legislação).

Para a análise dos dados, além da síntese dos principais achados, serão consideradas as entrevistas semiestruturadas com o Coordenador de Estágios e Empregabilidades, o qual será identificado por Técnico A; com o Coordenador Geral de Extensão, identificado por Técnico B; com a Coordenadora do projeto sobre temas transversais, identificada por Técnica C; e com o Coordenador de pesquisa, identificado por Técnico D.

A definição do local para a realização do estágio é feita segundo a escolha dos próprios alunos, sendo apenas orientada por uma lista de empresas, organização, entidades, entre outras, cadastradas no IFC. Não sendo obrigado a seguir a listagem da Instituição, o aluno pode sugerir outro local, desde que a propriedade rural escolhida tenha um técnico da área, com nível superior ao do estagiário, e que possa acompanhá-lo. Mas, não necessariamente precisa ser um funcionário lotado na propriedade, podendo ser um técnico de alguma Instituição, ONG, Rede, que presta assessoria à propriedade. Ainda segundo o Técnico A, embora o Instituto contribua na supervisão do estágio, a legislação exige que a propriedade disponibilize um profissional da área para o acompanhamento do estagiário.

Diferentemente do passado, em que o estágio era ofertado apenas no final do curso, e com carga horária de 360h, atualmente, a duração do estágio é de 180h, e o aluno deve efetuar-lo no final do segundo ano do Ensino Médio. Essas mudanças foram decorrentes de uma série de fatores, sendo o principal a disponibilização de tempo para que o aluno, no último ano de curso, possa se preparar para o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

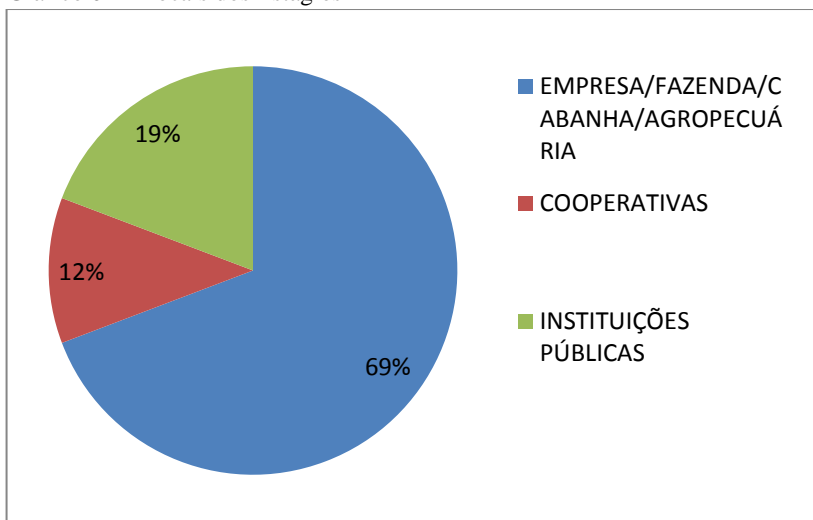
Se, por um lado, há o fator positivo em ser propiciada a verticalização do ensino, podendo o estudante dar continuidade aos seus estudos no próprio Instituto como, por exemplo, cursando engenharia agrônoma. Por outro, acaba desqualificando a formação do Técnico em Agropecuária, por uma série de fatores, o que contribui para desestimulá-lo a permanecer na área. Um exemplo, destacado pelo Técnico A, refere-se à mudança do período para realização do estágio, pois os alunos que optam, por exemplo, por fazer estágio em fruticultura, ou equinocultura, mas ainda não tiveram essas disciplinas, pois são ofertadas apenas no terceiro ano, serão obviamente prejudicados.

As empresas também acabam saindo no prejuízo, sendo que muitas continuam, segundo o Técnico B, mais pela parceria. Além disso, em trinta dias dificulta a maior interação com a propriedade, seja no conhecimento das dinâmicas desenvolvidas no local, seja na contribuição para o melhoramento das atividades, em termos de constituir uma oportunidade para o aluno aplicar os conhecimentos técnicos aprendidos no curso.

De acordo com os técnicos, é muito difícil alterar essa situação, pois toda a política nacional está voltada para o ENEM, já tendo sido discutido junto ao coletivo da Instituição sobre a importância das 360h de estágio, mas que foram votos vencidos. Advertem que não há interesse, de ambas as partes, Instituição e alunos, em alterar esse quadro, o que acaba resultando, segundo o Técnico A, na descontinuidade dos estudos e das atividades laborais na área rural. O resultado desse processo, é que mesmo tendo vagas de emprego sobrando na área de formação (técnica), a maioria opta por outras carreiras, o que não deixa de ser muito negativo, nas visões dos técnicos, pois não há um retorno dos investimentos, ao menos para o meio rural.

Em relação ao local escolhido pelos alunos para a realização do estágio, a grande maioria optou por fazer em empresas, fazendas ou cabanas, conforme gráfico n.º 02. Um pequeno grupo de trabalhos foi efetuado em cooperativas e Instituições Públicas. Para estas, foi encontrado o próprio Instituto Federal (IFC-SRS), universidades e prefeituras municipais.

Gráfico 02 – Locais dos Estágios



Fonte: autora.

As organizações do campo da sociedade civil como redes de agricultores, fóruns, associações, turismo rural, não foram privilegiadas para a realização do estágio. Embora não tenha sido possível definir, a partir do que consta nos REs, se predomina a agricultura familiar ou empresarial nas unidades onde foram efetuados os estágios, pode-se afirmar que a agricultura familiar de base camponesa não foi contemplada. Além de não haver referência sobre essa modalidade de agricultura nos trabalhos, era comum encontrar aspectos, características, do universo empresarial, e/ou familiar empresarial, tais como existência de mão de obra assalariada, manipulação de tecnologias sofisticadas como, por exemplo, ultrassom de matrizes de sêmen, entre outros.

Dessa forma, em relação a essa parte, pode-se concluir que os discentes não consideraram a diversidade das inovações sociotécnicas presentes no território, as quais são imprescindíveis para o desenvolvimento territorial sustentável (DTS). Ficou perceptível na leitura dos trabalhos que a ênfase, o privilégio, pela escolha da propriedade, esteve mais voltado para organizações do âmbito do agronegócio. Contribuiu para esse resultado o fato do agronegócio, da lógica empresarial, ter maior receptividade junto aos estudantes, devido a sua hegemonia, em termos de poder, prestígio, capital, sendo visto como uma oportunidade de trabalho para os egressos. Além disso, disponibilizam com mais facilidade técnicos, engenheiros agrônomos,

veterinários, que podem acompanhar diariamente os estagiários, propiciando-lhes maior aprendizado.

As organizações do âmbito da sociedade civil, da agricultura familiar/camponesa, despertam menos interesse, em função de, tradicionalmente, serem vistas como de subsistência, com agregação de tecnologias rudimentares, sem suporte técnico adequado, constituindo, portanto, experiências marginais no meio rural. Outro fator a contribuir nessa escolha, segundo o Técnico B, se refere às parcerias de mais de vinte anos com determinadas empresas, sendo comum os estagiários procurarem os mesmos locais para realização do estágio.

O pouco *status* conferido à agricultura familiar-camponesa também fica evidente pelos territórios em que os estágios foram realizados, pois apenas 33% dos estágios foram efetuados no Território do Extremo Sul Catarinense (AMESC), sendo 67% realizados em outros territórios, o que parece indicar o baixo peso da variável “local”, conforme gráfico n.º 03.

Gráfico 03 – Localização geográfica do estágio



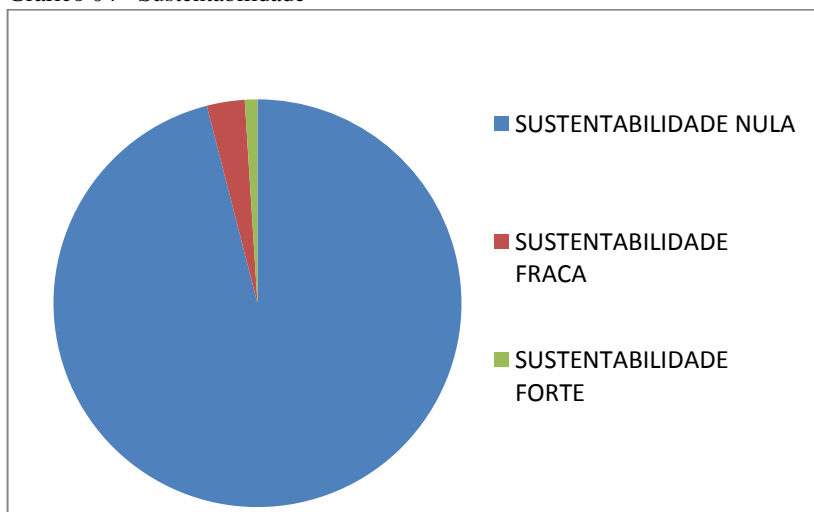
Fonte: autora.

Os resultados encontrados já eram esperados, pois considerando que predomina no território da Região da AMESC a agricultura familiar-camponesa, e se o interesse dos discentes está voltado para o agronegócio, obviamente que a maioria dos trabalhos seria efetivada em

outros territórios. A consequência é no mínimo uma desconexão com os propósitos pelos quais foram criados os Institutos Federais, de contribuir para o desenvolvimento das regiões em que estão inseridos (PACHECO, 2010). Em função disso, parece urgente a necessidade dessas Instituições considerarem a dimensão territorial do desenvolvimento, de modo a construírem aportes voltados para a realidade local, segundo as especificidades de cada território e que despertem o interesse dos alunos. Há várias possibilidades nesse sentido, desde a agregação de valor à agricultura familiar, até o incentivo a inovações no âmbito do turismo rural, do cooperativismo, da agricultura de base ecológica etc. Inclusive, em certos casos, os próprios alunos poderiam fazer o estágio na propriedade da família, o que seria um estímulo para aplicação dos conhecimentos e para o melhoramento das atividades desenvolvidas, constituindo uma oportunidade de geração de renda para a família e, conseqüentemente, para o aluno. A proximidade ao meio urbano e a posição geográfica favorável da região, também podem contribuir nesse processo.

Se a dimensão territorial foi pouco considerada nos RE, ainda foi muito menos a variável ambiental, sendo o tema da sustentabilidade e seus correlatos (educação ambiental, agricultura de base ecológica, agroecologia) praticamente inexistentes nos trabalhos, com exceção de uma minoria, segundo destaque no gráfico 04.

Gráfico 04 - Sustentabilidade



Fonte: autora.

Como referido no decorrer do trabalho, simplificadamente, pode-se colocar que há duas formas de trabalhar com o tema da sustentabilidade, de forma fragmentada, focada em aspectos pontuais, de marketing; ou de forma sistêmica, em que se considera a complexidade e a interdependência entre os diferentes âmbitos (social, cultural, político, econômico, ambiental) (VIEIRA, 2010; PHILIPPI JR. & PELICIONI, 2014). No caso dos RE analisados, a grande maioria dos trabalhos em nenhum momento fez menção à sustentabilidade ou à questão ambiental, e quando fez foi de forma esparsa, fragmentada, tendo, portanto, sido denominado de sustentabilidade fraca. Dos cinquenta e dois relatórios de estágio analisados, somente um deles pode ser caracterizado no quesito sustentabilidade forte, pois envolvia o tema da agricultura ecológica numa perspectiva mais sistêmica, considerando a interdependência entre a planta, o solo, as sementes, os agricultores e o território.

Os resultados referidos se assemelham aos da seção anterior, referentes aos questionários aplicados aos docentes, em que se pode concluir que a educação ambiental não vem sendo abordada conforme os pressupostos da abordagem sistêmica (inter-transdisciplinar), mas de forma fragmentada, muito mais em função de uma exigência legal. Inclusive, devido a necessidade da problemática ambiental considerar a interdisciplinaridade, a legislação obriga que a educação ambiental seja trabalhada como um tema transversal, interdisciplinar, não podendo ser limitada a uma disciplina do currículo. Em função disso, o IFC-SRS, retirou da grade curricular, no ano de 2015, a disciplina de Educação Ambiental, ofertada em apenas um semestre no segundo ano do Ensino Médio. Desse período em diante, a temática deveria ser trabalhada no decorrer do ano, e de modo interdisciplinar, o que justifica a análise dos dados mencionada, devido à inexistência da prática interdisciplinar na Instituição, ao menos no que refere à Educação Ambiental.

Ao ser trabalhada como uma esfera à parte, a Educação Ambiental não habilita o aluno a assimilar o significado da interdependência entre a parte e o todo, entre a sociedade e a natureza; da complexidade, em termos de compreender o meio ambiente como constituindo um todo complexo, interdependente e interativo; da importância do papel do aluno nesse processo, enquanto cidadão e consumidor, capaz de se orientar por outros valores, não limitados ao individualismo e à lógica utilitarista (JACOBI, 2013; LATOUCHE, 2009). Dessa forma, pode-se concluir que, em grande parte, a não consideração desses aspectos explica a dificuldade dos discentes em considerar a variável sustentabilidade nos trabalhos de conclusão de

curso. Assim como, evidencia que os envolvidos no estágio (aluno, empresa, orientador) conferem pouca relevância à problemática ambiental.

Ao não ser valorizado nem a dimensão territorial, nem a ambiental, é possível novamente confirmar a hipótese da pesquisa, de que predomina no IFC-SRS a perspectiva disciplinar e setorializada de ensino/pesquisa/extensão, sendo o meio ambiente e/ou a educação ambiental uma variável secundária, estando inserida mais como uma exigência legal. Nesse contexto, urge a tomada de consciência em considerar essas dimensões como imprescindíveis no planejamento da Instituição, em longo, médio e curto prazo.

Como bem destacado pela Técnica C, embora seja difícil que a educação ambiental seja considerada, mais ou menos importante que os demais temas transversais, adverte que devido a peculiaridade do IFC-SRS em ofertar cursos que trabalham diretamente com o meio ambiente, sendo a natureza no seu estado bruto o seu lócus privilegiado de interação, exigiria um olhar mais crítico sobre a referida temática, se comparado aos demais cursos. O que implica em não limitar a questão ambiental a uma disciplina, ou a datas comemorativas, como a Semana do Meio Ambiente. Ainda segundo a Técnica C, se estimulados, os alunos contribuem muito, com ideias, estando dispostas a implementar inovações em prol da sustentabilidade. Com base no concurso de exposições realizado com os alunos do primeiro ano do Ensino Médio, na Semana do Meio Ambiente, de 2015, destaca que

a turma vencedora se envolveu muito, tanto que eles tiveram várias ideias para aplicar aqui no *campus*, de tratamento de dejetos e produção de adubo e energia. (...) Chegaram a medir todo o telhado para fazer sistema de captação de água da chuva com calhas, coisas muito legais, muito aplicáveis, e acabou morrendo as ideias. No início, até junho, eles ficaram querendo aplicar as ideias, não arranjam muitas parcerias de imediato e acabou morrendo a ideia, é uma pena (Técnica C).

O Técnico D tem um posicionamento um pouco diferente, pois embora considere importante a interdisciplinaridade e a educação ambiental, defende que esta deve continuar sendo uma disciplina no currículo, pois seria muito difícil a sua implementação de modo interdisciplinar, devido ser praticamente inviável a compatibilização de tempo, horário e interesse, por parte dos docentes. Outro aspecto que

chamou a atenção na sua análise, e que corrobora com os resultados descritos nas seções anteriores, tendo em vista ocupar uma função chave na Instituição, se refere à desconexão entre sustentabilidade e desenvolvimento, não tendo, por exemplo, opinião sobre a relação entre educação ambiental e a viabilização de novos modelos de desenvolvimento. A Técnica C visualiza várias relações entre essas duas temáticas, entendendo ser fundamental a consideração da indissociabilidade entre economia e meio ambiente.

Sobre o papel do Instituto em contribuir na construção da sustentabilidade no meio rural, ambos os técnicos (C e D) entendem que o Instituto tem um papel importante, sendo que a Técnica C compreende que esse papel é primordial, havendo condições de interagir ainda mais com a comunidade, facilitando a conscientização sobre o meio ambiente. Já o Técnico D vê o papel do Instituto como sendo de buscar alternativas sustentáveis, de passar informações, inclusive sobre êxodo rural, agricultura familiar, de atuar mais próximos às comunidades, em especial, via projetos de extensão. Na sua análise, o Instituto já vem efetuando essas atividades. Além disso, explica que um dos motivos da sustentabilidade pouco aparecer nos REs se refere ao fato de ser um tema polêmico, conforme suas palavras:

Talvez porque seja pouco trabalhado em aula, porque os profissionais daqui não buscam trabalhar com esse tema, hoje em dia esse tema é um pouco polêmico também. Tem várias linhas de pensadores. E a questão dos países ricos que exploram horrores o planeta, e agora vem com essa questão de sustentabilidade!? E o que os alunos fazem, como projetos, não buscam trabalhar esse tema, é que os alunos sempre escolhem os mesmos locais para estágios, e os orientadores também não incentivam, não buscam mostrar a educação ambiental em seus projetos (Técnico D).

A fala do Técnico D é muito significativa, pois também ilustra a essência do currículo oculto¹³ hegemônico na Instituição, segundo o qual, há dúvidas se, de fato, a problemática ambiental tem a urgência destacada pela maioria da comunidade científica e, se caso tenha, parece haver o entendimento de que os primeiros a fazerem a tarefa de casa,

¹³ O currículo oculto se refere àqueles aspectos da experiência educacional não explicitados no currículo oficial, formal (MOREIRA & SILVA, 2001).

seriam os principais responsáveis pelo problema, ou seja, os países ricos. Além disso, a linha principal de orientação do corpo docente parece estar pautada na produção, nas monoculturas, nas novas tecnologias, enfim, nos pressupostos da Revolução Verde. Um pouco mais à margem é possível encontrar um ou outro professor mais voltado para a agricultura familiar, de base ecológica, e agroecologia.

A percepção do currículo oculto referida pode ser ratificada na cerimônia de formatura dos egressos da turma de 2013, na qual, como principal símbolo ou referência ao curso, tendo destaque na área central, pairando acima de onde estavam sentados os formandos, era uma máquina colhedora, modelo utilizado nas monoculturas de soja. Considerando que o IFC-SRS está localizado em território com predomínio da agricultura familiar e camponesa, nada mais coerente que a escolha de um símbolo desses modelos de produção. No entanto, a simbologia foi a oposta, o que não deixa de ser um indicador que o currículo da Instituição privilegia, mesmo não explicitamente nos documentos, o modelo agrícola do agronegócio empresarial (monoculturas), daí a importância de recorrer ao currículo oculto para explicação desses fatos. A impressão, para um estrangeiro que apenas conhecesse as principais características dos Estados brasileiros, seria que a turma estava se formando em um Instituto Federal do Mato Grosso, tendo em vista ser o Estado de Santa Catarina tradicionalmente caracterizado pelo predomínio da agricultura familiar/camponesa.

Todos esses aspectos também contribuem para explicar o porquê da maioria dos alunos optarem por realizar estágio em organizações empresariais, mais próximas ao agronegócio, e desconsiderar a sustentabilidade nos seus trabalhos. Por tratar-se de um tema polêmico, há resistência em publicizar essas discussões, de modo a envolver o coletivo da Instituição, sendo comum, por exemplo, os acadêmicos do curso de engenharia agrônoma, não participarem em nenhuma atividade desenvolvida na Semana do Meio Ambiente.

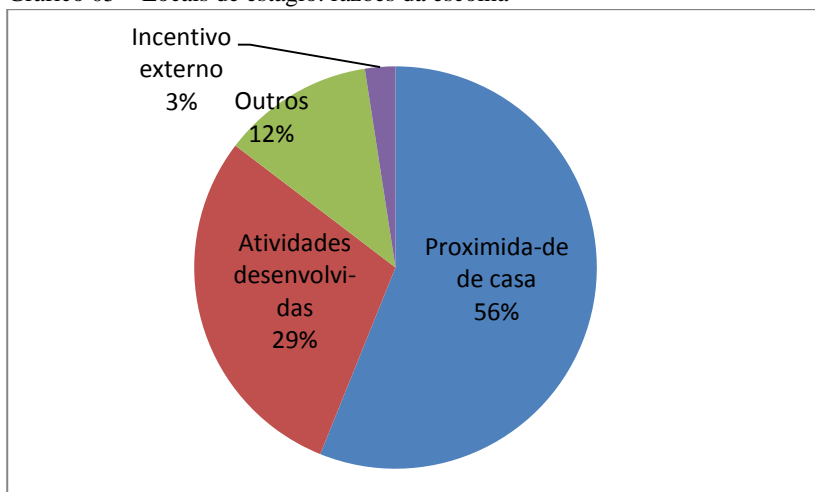
Ainda sobre os dados coletados junto aos discentes, em especial os questionários aplicados a uma amostra de alunos dos terceiros anos, não será aberta uma nova subseção para a análise, devido os principais resultados repetirem o que já foi comprovado e discutido no decorrer das seções anteriores. Dos oitenta e um alunos das quatro turmas de terceiros anos, os questionários foram aplicados a duas turmas, gerando ao todo quarenta e um questionários preenchidos, o que constitui uma percentagem amostral representativa do universo total de alunos.

De forma semelhante ao que foi constatado nos resultados dos questionários aplicados aos docentes, os discentes também consideram

que o IFC realiza ações para estimular práticas sustentáveis, sendo os orientadores de estágio vistos como incentivadores dessas práticas. No entanto, quanto perguntado se durante o processo de escolha do local para realização do estágio, tinham levado em consideração a questão ambiental, a maioria (63%) respondeu que não, contra (37%) que respondeu sim. Como mencionado, esses dados revelam que a questão ambiental quando trabalhada junto aos alunos, é efetuada de forma fragmentada, sem considerar a interdisciplinaridade, constituindo mais uma disciplina, ou um tema do currículo e, portanto, fazendo pouco sentido.

Outro aspecto que converge para as análises já mencionadas em seções anteriores, e que ratifica o currículo oculto, é a intenção da maioria dos alunos em atuar no âmbito do agronegócio, ao invés da agroecologia ou outras atividades. Mas, quando perguntado sobre o local de realização de estágio, em termos de município, a maioria (65%) escolheu municípios da Região da AMESC e, apenas (35%) escolheu outros municípios. No entanto, a razão para a maioria ter escolhido esses lugares, não foi em função das atividades desenvolvidas nas propriedades, mas pela proximidade da residência, conforme consta no gráfico (05).

Gráfico 05 – Locais de estágio: razões da escolha



Fonte: autora

Novamente, se confirma o que foi destacado nas seções anteriores, de que a variável territorial, em termos de desenvolvimento

territorial, é desconsiderada, mesmo sendo este um dos propósitos dos IFs e, principalmente, do IFC-SRS, constituído para dar suporte às famílias de sem terra assentadas na Vila Nova.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O marco inicial da Rede Federal de Educação Profissional foram as Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909, por Nilo Peçanha, a fim de propiciar qualificação à mão de obra demandada pela indústria nascente. Para esta época, em que o modelo de produção hegemônico era o Fordista, a exigência da qualificação profissional era limitada à formação técnica.

Com as mudanças no mundo do trabalho e das tecnologias, cada vez mais se exige a proatividade, a atuação em rede, sendo o conhecimento, a criatividade, a inovação, requisitos fundamentais. Em função disso, essa nova realidade não pode mais ser compreendida segundo o universo e as exigências do Fordismo, mas do Pós-Fordismo, sendo o modelo de gestão Toyotista uma referência (HARVEY, 1992).

A demanda de trabalho na sociedade do conhecimento e estruturada cada vez mais em redes requer profissionais com as características mencionadas, devendo os sistemas educacionais se adequarem a essa nova realidade. Nesse contexto, se justifica a expansão da Rede Federal de Educação Profissional através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2008. No entanto, a ampliação destas Instituições foi pautada em pressupostos mais ambiciosos, não restritos à formação para o mercado de trabalho, tendo por ênfase a cidadania, a sustentabilidade, e o desenvolvimento local dos territórios em que estão situadas.

Em função disso, tendo por base um estudo de caso, a pesquisa buscou compreender como ocorre a relação da Instituição com o território, tendo por parâmetro o conceito de educação ambiental, a fim de verificar se essas novas Instituições priorizam a formação cidadã e o desenvolvimento territorial sustentável como posto, ou se, na realidade, constituem uma adaptação ao novo mundo do trabalho, pautado na lógica do Pós-Fordismo. Considerando esses aspectos, teve por objetivo geral compreender como a educação ambiental vem sendo implementada no Instituto Federal Catarinense – Campus Santa Rosa do Sul (IFC-SRS), tendo por referência o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Com base na revisão de literatura sobre diversas pesquisas realizadas no IFC-SRS¹⁴, em especial quando ainda era denominada

¹⁴ TEIXEIRA, 2012; ZILIO, 2009; FARIAS, 1998; REINKE, 2009; MACHADO, 2011.

EAFS, além dos dados analisados na pesquisa, a impressão é de que o estudo de caso em questão não se enquadra muito na referência Fordismo – Pós-Fordismo. Isso porque, desde o seu início, a EAFS esteve voltada para o desenvolvimento do território em que está inserida, tendo desenvolvido inúmeros projetos, parcerias, seja com os assentados da Vila Nova, seja com as demais Instituições, agricultores, entidades e organizações diversas, presentes no território. Assim como, estabelecia e estabelece parcerias com atores exógenos, tais como universidades, empresas, entre outros. Portanto, parece evidente que a formação não estava, e não está, simplesmente voltada para o mercado de trabalho, numa perspectiva estritamente técnica.

No entanto, ainda com base na referida revisão, foi possível observar certa mudança no perfil da Instituição, após sua transformação em Instituto Federal, pois passa a integrar uma rede, não tendo mais a autonomia que tinha antes, tendo de acatar o que a maioria dos *Campi* decidem, mesmo sendo contrário ao seu posicionamento¹⁵. Além disso, devido o prestígio em ofertar educação de qualidade, gratuita, com boas instalações, aos poucos, o curso técnico foi perdendo espaço para o ensino propedêutico, estando o interesse da maioria dos alunos voltado para o ENEM. Com isso, houve diminuição da carga horária do estágio, de 360h para 180h, e a permissão para a sua realização no final do segundo ano do ensino médio, de modo a não dificultar a preparação do aluno para o ENEM.

Embora a Instituição não tenha uma pesquisa formal sobre a inserção profissional dos egressos, segundo o Técnico A, e a fala de alguns professores em reuniões do corpo docente da Instituição, a grande maioria dos alunos tende a se inserir em outros campos do conhecimento. Inclusive, nesse momento, está sendo realizada uma pesquisa com egressos, tendo por objetivo averiguar se a referida hipótese pode ser, de fato, confirmada.

Independente disso, o que se verifica, nos dados coletados nos relatórios de estágios, entrevistas, questionários, é de que a questão do desenvolvimento territorial sustentável não chegou a ser considerada na Instituição, prevalecendo a lógica setorial, ao invés da territorial. Ou seja, embora existam laços com os atores locais e inserção territorial, prevalece a setorialidade. No caso da sustentabilidade, ainda que o tema seja considerado importante, a educação ambiental, por exemplo, até o

¹⁵ O trabalho de Mendes (2015) sobre o Campus Januária do IFNMG também aborda a mudança no perfil da Instituição.

ano de 2015, vinha sendo ofertada como uma disciplina específica do currículo, sendo desconsiderado o seu caráter interdisciplinar. Nos demais aspectos sobre essa temática, tem destaque atividades esparsas, fragmentadas, como a separação do lixo, economia de água, realização de atividades pontuais na Semana do Meio Ambiente, entre outros. Tendo em vistas esses resultados, pode-se concluir que a hipótese da pesquisa foi confirmada.

Além da questão do ENEM, é possível citar outras questões que contribuem para a vigência da disciplinaridade e setorialidade no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, e do prestígio conferido ao agronegócio. Entre as principais, tendo em vista ser uma Instituição com cursos voltados para o rural, está o fato de que a maioria dos aportes financeiros e das políticas públicas está voltada para o agronegócio empresarial, e não para a agricultura familiar-camponesa. Outra questão se refere às exigências que a interdisciplinaridade e intersetorialidade demandam, tanto em nível de formação, quanto em sua viabilização prática.

Face ao exposto, pode-se colocar que o papel de agência exercido pelo IFC-SRS no território do Extremo Sul Catarinense, ao menos no que se refere ao Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, vem corroborando para fortalecer o desenvolvimento setorial, ao invés de territorial, estando a questão da sustentabilidade presente devido, principalmente, a uma exigência legal. Tomando por referência a análise bourdiesiana sobre agência, pode-se inferir que a posição de um ator em determinado campo social irá depender do seu *habitus*, que no caso desta pesquisa, pode ser caracterizado como sendo um reflexo dos valores hegemônicos vigentes na sociedade atual. Dessa forma, em linhas gerais, pode-se colocar que a Instituição, enquanto um ator territorial, tende a reforçar as referências hegemônicas, ou seja, de valorização do agronegócio empresarial, do crescimento econômico, ao mesmo tempo, em que possibilita uma formação de qualidade, facilitando a inserção profissional dos futuros egressos, mesmo que muitas vezes não seja no meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril, 2012.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada** — n° número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000. Disponível em: http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2000/O_capital_social.pdf. Acesso em 26/05/2011.

ALBANI, Ionara Cristina; COUSIN, Cláudia da Silva. **Da educação a educação ambiental: formação de educadores do Projeto Consórcio Social da Juventude Rural – Sementes na Terra**. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: 1989.

AMESC, Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense. **Extremo sul catarinense**. Araranguá, AMESC. Santa Catarina, 2013.

_____. **A região**. Disponível em <http://www.amesc.com.br/conteudo/?item=1949&fa=1646&PHPSESSID=7bin3d6omqjdjvvn7orhggq8g387>. Acesso em 20/02/2016.

_____. **Relatório do movimento econômico da Microrregião de Araranguá**. Araranguá: AMESC, 2012.

AMORIN, Luci Suzana Bedin; STADUTO, Jefferson Adronio Raimundo. Desenvolvimento territorial rural: estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n.º01, p. 15-29, jan/jun. 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/729.pdf>. Acesso em: 20/04/2011.

ANDION, Maria Carolina Martinez. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio Rural de Santa Catarina**: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco. Florianópolis 2007. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ANDION, Carolina; SERVA, Maurício; LÉVESQUE, Benoit. O debate sobre economia plural e sua contribuição para os estudos das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. **Revista Eisforia** /

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

BUARQUE, Sergio C...[et.al]. **Reflexões e proposições de políticas públicas de desenvolvimento territorial**. Brasília: IICA, 2012.

CAUME, David José. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **Redes – Revista de Desenvolvimento Regional**. V. 14, n. 01 (2009). Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/846/1452>.

COURLET, Claude. **Os sistemas produtivos localizados**: da definição ao modelo. Revista Eisforia / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

CULT. Dossiê Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Cultura**. São Paulo: Bregantini, n.º 128, setembro/2008.

CZAPSKI, Silvia. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília, DF, 1998. Publicação de responsabilidade da coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e Desporto. Brasília, DF, 1998.

DIRZO, Rodolfo et al. Defaunation in the Anthropocene. **Science**. 25 Jul 2014: Vol. 345, Issue 6195, pp. 40-406. DOI: 10.1126/science.1251817

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso ou progresso como ideologia**. São Paulo: Unesp, 2012.

FAGGION, Gilberto. **Ciclo de Estudos em EAD: Sociedade Sustentável** - 2016/1. Disponível em: <https://www.moodle.unisinus.br/login/index.php>. Acesso em 20/03/2016.

FARIAS, Marilane dos Santos. **A Escola Agrotécnica Federal de Sombrio como instrumento de sustentabilidade local**. Santa Rosa do Sul, 1998. viii, 47 f. TCC (Especialista em Educação Ambiental) - Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, Santa Rosa do Sul, 1998.

FAVARETO, Arilson et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. Pp 15 – 24.

FAVARETO, Arilson. [et. al]. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. **Série Desenvolvimento Rural Sustentável**; v.12. Brasília: IICA, 2012.

FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2010.

FONTAN, Jean-Marc; VIEIRA, Paulo Freire. Por um enfoque sistêmico, ecológico e “territorializado”. In: TREMBLAY, Gaëtan; VIEIRA, Paulo Freire (orgs.). **O papel das universidades no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses**. Florianópolis: APED: Secco, 2011.

GPM, Gerenciador de Portais Municipais. **Município de Santa Rosa do Sul**. Disponível em: <http://www.santarosadosul.sc.gov.br/>. Acesso em 20/02/2016.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

Heloisa H. T. de S. MARTINS. **Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004

HERRERA, A. R., UGARTE, H. A. (2008). **Claves de la innovación social em América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile: CEPAL, 2008.

IFC, Instituto Federal Catarinense. **Exame de classificação 2016 para os cursos técnicos**. Edital n.º 262/2015. Disponível em: http://ingresso.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/6/2014/04/Edital_262.2015_ExameClassifica%C3%A7%C3%A3o2016-ASSINADO.pdf.

_____. **Sobre o IFC**. Disponível em: <http://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/>.

IFC-CASOM, Instituto Federal Catarinense Campus Avançado Sombrio. **Cursos**. Disponível em: <http://sombrio.ifc.edu.br/cursos/>

IFC-SRS, Instituto Federal Catarinense *Campus* Santa Rosa do Sul. **História**. Disponível em: <http://santarosa.ifc.edu.br/institucional/historico/>. Acesso em 20/01/2016.

_____. **Convênio n.º 02/2012**. Disponível em: <http://santarosa.ifc.edu.br/wp-content/uploads/2016/01/convenio-2012-associacao-moradores-vila-nova.pdf>. Acesso em 20/07/2016.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n.118, p 189-205, março/2013.

KUNZE, Nádia Cuiabano. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4151-revista-mec&Itemid=30192. Acesso em 20/02/2016.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. Ano 04, n.º 56, 2006. **Cadernos IHU Ideias**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

MACHADO, Ivanor Anversa. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Acessibilidade Espacial**: um estudo de caso no Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio. Tubarão, 2011.

MEDEIROS, Monalisa Cristina Silva et al. **Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas**. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=%20revista_artigos_leitura&artigo_id=10267&revista_caderno=5. Acesso em 20/07/2014.

MENDES, Izabel Alves Macedo. **O perfil do aluno do IFNMG campus Januária em perspectiva sociológica**. 2015. 145 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PSOP0518-D.pdf>.

MIOR, Luis Carlos. Das teorias da globalização e localização às redes de desenvolvimento rural: trajetórias do debate acerca da mudança rural. In: **Anais do XLIII Congresso da SOBER**. Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 24 a 27 de julho de 2005.

MORIN, Edgar; JACOBINA, Eloá. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

MOREIRA, A. F. & SILVA, T. T. (orgs.). **Currículo, cultura e Sociedade**. Sociologia e teoria crítica do currículo, uma introdução. São Paulo: Cortez, 2001.

NAJMANOVICH, Denise. **Epistemología para principiantes**. Buenos Aires: Era Naciente, 2008.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Texto para discussão 42. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília, DF. 2011.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Bases para uma Política Nacional de EPT (2008)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos>. Acesso em: 8 jan. 2009.

PACHECO, Eliezer Moreira *et al.* **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades**. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. ISSN 1516-4896.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. **Revista Eisforia** / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

PERRENOUD, P. **La construcción del éxito e del fracaso escolar**. Madrid: Morata, 1996.

PHILIPPI JR. Arlindo, PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Monole, 2014.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução: Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PMSRS, Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul. **Município**. Disponível em: <http://www.santarosadosul.sc.gov.br/municipio/index/codMapaItem/16455>. Acesso em 20/03/2016.

PMS, Prefeitura Municipal de Sombrio. **Economia de Sombrio**. Disponível em: <http://www.sombrio.sc.gov.br/>. Acesso em: 26/07/2014.

PPCTA-SRS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em**

Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Instituto Federal Catarinense *Campus* Santa Rosa do Sul. Agosto de 2015.

PTD-SRS. Plano de Trabalho. Instituto Federal Catarinense *Campus* Santa Rosa do Sul.

https://drive.google.com/a/santarosa.ifc.edu.br/folderview?id=0B7JZjvR-cxkIbXV6NUIlRtFZS3c&usp=sharing_eid&ts=5702a322

REINKE, Adalberto. **Diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento sócio-educacional dos assentados rurais da comunidade de Villa Nova, Santa Rosa do Sul - SC e a participação do IFECTC - Campus Sombrio.** Rio de Janeiro, 2009. 72 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2009.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem:** em busca do ecodesenvolvimento. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia H. H (Orgs.). **Movimentos sociais e participação:** abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências.** Porto Alegre, Afrontamento: 2002.

SILVA, Arthur Rezende da; TERRA, Denise Cunha Tavares. **A expansão dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional.** Seminário nacional de planejamento e desenvolvimento. Disponível em: http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Arthur_Rezende.pdf. Acesso em 20/02/2016.

SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer da. **Redes de agroecologia:** uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável. Estudo de caso de dois grupos do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002 a 2012. 2013. 482 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2013. Disponível em : <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PSOP0453-T.pdf>>. Acesso em : 7 ago.

2013.

TÉCNICO, Epagri Sombrio. **Entrevista**. Concedida em 30/07/2014.

TREMBLAY, Gaëtan & VIEIRA, Paulo Freire. **O papel das universidades no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses**. Florianópolis: APED: Secco, 2011.

THEYS, Jacques. O ordenamento territorial face ao desenvolvimento sustentável: sentido e limites de uma integração. **Revista Eisforia** / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

TEIXEIRA, Joseane Evaldt Corrêa. **Cultura e mudança organizacional: um estudo de caso no Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio**. Blumenau, 2012. 219 f. Dissertação (Mestre em Administração) - Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Blumenau, 2012.

TORRES SANTOMÉ, J. **El curriculum oculto**. Madrid: Morata, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. **Laços como ativos territoriais: análise das aglomerações produtivas na perspectiva do capital social**. Tese de doutorado em administração. Universidade Federal de Lavras – MG, 2006, 388p.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2000.

_____. **Meio ambiente & desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2008.

VIEIRA, Paulo Freire et al (orgs). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED: Secco, 2010.

VIEIRA, Paulo Freire (orgs). **O papel das universidades no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses**. Florianópolis: APED: Secco, 2011.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. In:

Estudos sociedade e agricultura. Nº 21, Outubro de 2003. Rio de Janeiro: Mauad.

ZILIO, Anita Carmen Rossetto. **Dificuldades e possibilidades no processo de integração da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio-SC com as famílias dos alunos residentes.** Seropédica, RJ, 2009. [11], 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2009.

ANEXOS

ANEXO 01: FOTOS – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE / CAMPUS SANTA ROSA DO SUL

Figura 03 – Entrada principal (IFC-SRS)



Figura 04 – Cantina e hall central (IFC-SRS)



Figura 05 – Espaço interno (IFC-SRS)



Figura 06 – Museu (IFC-SRS)



Figura 07 – Refeitório (IFC-SRS)

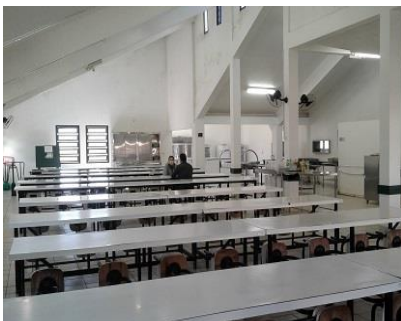


Figura 08 – Prédio do curso de agronomia



ANEXO 02: QUESTIONÁRIO DOCENTES

PÚBLICO ALVO: PROFESSORES DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - CAMPUS SANTA ROSA DO SUL

Nome: _____

Disciplina: _____

Tempo que está na atividade docente no IFC: _____

1) Em relação à educação ambiental, você considera esse tema:☐ pouco relevante ☐ relevante ☐ muito relevante**2) A educação ambiental, em sua opinião, requer a interdisciplinaridade?**☐ não requer ☐ requer pouco ☐ requer ☐ requer muito**3) Considerando a gravidade da problemática ambiental, você entende ser necessário o envolvimento de todo o corpo discente e docente nessa questão?**☐ não necessariamente ☐ impossível, pois são muitas disciplinas
☐ sim, é necessário o envolvimento de todos**4) Em sua opinião, a educação ambiental é um tema transversal como os demais (gênero, ética, educação sexual), ou deveria ter uma centralidade maior?**☐ é apenas um tema transversal ☐ deveria ter uma centralidade maior**5) Você concorda que os Institutos Federais podem ser protagonistas no fortalecimento da educação ambiental e, em consequência, do desenvolvimento sustentável?**☐ Sim, pois essa é uma de suas atribuições ☐ Não, pois a educação ambiental não tem muita relação com o desenvolvimento sustentável
☐ Outros**6) Qual a sua opinião sobre atividades integradas e permanentes, as quais vêm sendo desenvolvidas em algumas escolas de Santa Catarina, e inclusive no IFC-CASOM, através do Projeto Integrador, de modo a incluir todos os discentes/docentes nessa atividade?**☐ Interessantes, mas pouco viáveis ☐ Interessante, mas inviáveis ☐ Interessantes e viáveis

7) Embora a problemática ambiental seja um dos problemas mais discutido na atualidade, em geral, é pouco considerada nos trabalhos de conclusão (relatórios de estágios) dos alunos do IFC - SRS. Em sua opinião, a que se deve esse fato?

☐ Ao desinteresse dos alunos ☐ À desinformação dos alunos ☐ À dificuldade em trabalhar com esse tema ☐ Outros

08)Que relação você faz entre educação ambiental e a viabilização de novos modelos de desenvolvimento?

☐ Nenhuma relação ☐ Pouca relação ☐ Muita relação

09)Você insere a questão ambiental em sua disciplina

☐ às vezes ☐ sempre ☐ nunca

10)Você entende ser interessante a elaboração de trabalhos interdisciplinares, envolvendo a sua disciplina, em que a educação ambiental seja contemplada?

☐ Pouco interessante ☐ Interessante ☐ Muito interessante

ANEXO 03: QUESTIONÁRIO DISCENTES

PÚBLICO ALVO: ALUNOS DO 3º ANO DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - CAMPUS SANTA ROSA DO SUL / SC.

NOME: _____

IDADE: ____ ORIGEM (cidade/local): _____

1) Qual o motivo para a escolha do local de realização do seu estágio?

- ☐ proximidade de casa ☐ às atividades desenvolvidas
☐ incentivo externo ☐ outros. Quais? _____

2) O local de realização do estágio era público ou privado?

- ☐ público ☐ privado

Foi realizado no município de _____

3) Durante o processo de escolha do local para a realização do estágio, você levou em consideração as atividades voltadas para ações que tinham cunho ambiental?

- ☐ sim ☐ não

4) Qual o segmento/atividade econômica era desenvolvida no local onde foi realizado o estágio? _____

Você considera essa atividade mais do âmbito da agroecologia ou do agronegócio? _____

5) O IFC/SRS possui uma lista de órgãos públicos e privados credenciados para a realização do estágio. Para você esta lista contempla as necessidades dos alunos?

- ☐ sim ☐ não

6) Quais atividades foram realizadas durante seu estágio? _____

7) Em sua opinião, o IFC/SRS realiza ações para estimular práticas sustentáveis na agricultura e/ou no desenvolvimento rural?

- ☐ sim ☐ não

Se afirmativo, quais você citaria? _____,
_____, _____, _____

8) Durante a realização do estágio, o local e as atividades desenvolvidas ajudaram você a ampliar seu conhecimento na área ambiental?

☐ sim

☐ não

Se afirmativo, de que forma?

9) Você está praticamente formado no curso técnico em agropecuária. Como você descreve seu perfil profissional?

10) Suas intenções de atuação no âmbito profissional estão mais voltadas para o agronegócio ou para a agroecologia?

☐ agronegócio

☐ agroecologia

☐ outros

Se outros, quais _____;

11) Para você as disciplinas ministradas durante o curso estimularam o desenvolvimento de práticas sustentáveis nos sistemas de produção?

☐ sim

☐ não

12) Quais disciplinas se destacaram na promoção da temática ambiental durante o curso? (listar as disciplinas)

13) O professor orientador de seu relatório de estágio é incentivador de práticas sustentáveis em sua área de atuação?

☐ sim

☐ não

Qual a área de atuação/formação de seu orientador: _____

14) Seu estágio foi satisfatório para sua formação profissional?

☐ sim

☐ não

☐ mais ou menos

Justifique brevemente: _____

15) Ao se formar no curso técnico em agropecuária você pretende aplicar seu conhecimento em empreendimentos familiares ou de terceiros?

☐ familiares

☐ terceiros

ANEXO 04: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

**PÚBLICO ALVO: COORDENAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA
DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - CAMPUS SANTA
ROSA DO SUL**

Nome: _____

Cargo: _____ Setor: _____

Tempo que está nesta atividade no IFC: _____

- 1) O que você entende por educação ambiental e qual a sua importância?
- 2) Que relação você faz entre educação ambiental e interdisciplinaridade?
- 3) Você acha que é possível trabalhar essa temática, de forma interdisciplinar, sem envolver o corpo docente nesse processo?
- 4) Qual a centralidade que você confere à questão ambiental ou, se em sua opinião, trata-se de mais um tema transversal como os demais (gênero, ética, educação sexual)?
- 5) Considerando os desafios na construção da sustentabilidade no meio rural, tais como inércia de grande parte dos poderes públicos, desinteresse e desinformação por parte dos atores locais, êxodo rural, qual seria o papel do IFC-SRS na reversão desse processo?
- 6) Embora a problemática ambiental seja um dos problemas mais discutido na atualidade, em geral, é pouco considerada nos trabalhos de conclusão (relatórios de estágios) dos alunos. Em sua opinião, a que se deve esse fato?
- 7) A educação ambiental, enquanto tema transversal, tal como vem sendo trabalhado, apresenta um caráter interdisciplinar, com uma abordagem integrada e contínua? Justifique.
- 8) Qual a sua opinião sobre atividades integradas e permanentes, as quais vêm sendo desenvolvidas em algumas escolas de Santa Catarina, e inclusive no IFC-CASOM através do Projeto Integrador, de modo a incluir todos os discentes/docentes nessa atividade?
- 9) Que relação você faz entre educação ambiental e a viabilização de novos modelos de desenvolvimento?
- 10) Outras questões que não foram abordadas e que você gostaria de comentar?

ANEXO 05: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**PÚBLICO ALVO: COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - CAMPUS SANTA ROSA DO SUL**

Nome: _____

Cargo: _____ Setor: _____

Tempo que está nesta atividade no IFC: _____

- 1) Como funciona a escolha do local de estágio, por parte dos alunos, é livre, é orientada, é obrigatória a determinados lugares?
- 2) No caso da lista de locais de estágios disponibilizada aos discentes, como foi construída? As pessoas desses locais foram preparadas/orientadas de qual o melhor procedimento para o recebimento dos estagiários?
- 3) Em que período do curso os alunos devem fazer a opção pelo estágio?
- 4) Qual a razão, em sua opinião, da maioria dos estágios não contemplarem a agricultura familiar, o cooperativismo, o turismo rural e a economia solidária?
- 5) Quanto tempo o aluno deve ficar no estágio?
- 6) Em sua opinião, o estágio se limita ao aprendizado, por parte do aluno, ou há uma troca de conhecimento em que o estagiário também contribui para o desenvolvimento do local em que está estagiando?

ANEXO 06: PESQUISA: RELATÓRIOS DE ESTÁGIOS**INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS SANTA
ROSA DO SUL****PESQUISA NOS ARQUIVOS DO IFC-SRS SOBRE OS
RELATÓRIOS DE ESTÁGIOS REFERENTES AOS ANOS DE
2010 A 2015****TÍTULO DO PROJETO: A importância da educação ambiental
para o desenvolvimento territorial sustentável – o papel dos
Institutos Federais****PROCEDIMENTOS:****1.0) Relatórios de estágios**

1.1) Total de Relatórios por turma:

1.2) Total de Relatórios:

2.0) Itens a serem coletados em cada Relatório de Estágio:

2.1) Nome do aluno: _____

2.2) Ano: _____

2.3) Nome do professor orientador _____

2.4) Título do Trabalho _____

**3.0) Resumo - Procurar responder as seguintes questões ao efetuar o
resumo:**

3.1) O que está sendo abordado? (O que?)

3.2) Onde está sendo abordado? (Onde?)

3.3) Por que está sendo abordado? (Por quê?)

3.4) Como está sendo abordado? (Como?)

4.0) Principais resultados/análises do trabalho

5.0) Tendo por referência o Relatório analisado, há alguma relação com a educação ambiental, ou com a temática da sustentabilidade ou com o desenvolvimento territorial sustentável? Se afirmativo, justifique a sua resposta.

() sim () não

Observações: